



Estudo Sobre

TRÁFICO DE PESSOAS,

Órgãos e Partes do Corpo Humano
no Centro de Moçambique



Andrea Moreira, PhD

Antropóloga

Consultora independente

Esmeralda Mariano, PhD

Antropóloga

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Teresa António

Mestranda em Antropologia Social

Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Titos Quembo

Mestrado em Políticas Públicas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul_Brasil

Gestor e Oficial de Programas em Sofala

Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

Os conteúdos deste relatório são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente o posicionamento da CEMIRDE, da CAFOD, da Caritas Espanhola ou outra organização ou entidade entrevistada durante o estudo.

Ficha Técnica

TÍTULO

Estudo sobre tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano no centro de moçambique

AUTORES

Andrea Moreira, Esmeralda Mariano
Teresa António e Titos Quembo

REVISOR

Ana Lúcia Cruz

CAPA E PROJECTO GRÁFICO

Ferdinando Simango

PAGINAÇÃO

Ferdinando Simango

NÚMERO DE REGISTO

-

FOTOGRAFIA CAPA

CEMIRDE

TIRAGEM

-

ORGANIZAÇÃO

CEMIRDE

FINANCIADOR

CAFOD e Caritas Espanha

IMPRESSÃO

InfoClass

MAQUETIZAÇÃO

Ferdinando Simango

Índice

Abreviaturas	4
Prefácio	5
Agradecimentos	6
Sumário	7
Introdução	8
Metodologia	10
Revisão da Literatura	12
Contexto	16
Tete	17
Zambézia	19
Manica	20
Sofala	21
Descrição de casos	23
Migração ilegal	23
Tráfico interno	26
O comboio – Beira	27
Exploração de trabalho infantil	27
Prostituição infantil	29
Extracção e venda de órgãos	30
Órgãos genitais masculinos	31
Exumação de túmulos	33
Raptos e assassinatos de crianças e adultos com albinismo	34
Venda de pessoas	36
Pontos de Análise	39
A pobreza – uma realidade multifacetada	39
Trabalho infantil	41
Gestão dos casos	42
Limitações do sistema judicial	44
Comunicação e colaboração entre as instituições	45
Os curandeiros como “bodes expiatórios”	46
Crenças e mitos	47
O valor da vida	49
Conclusões e Recomendações	51
Recomendações	52
Referências	54

Abreviaturas

AMETRAMO	Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
AZEMAPI	Associação Zé Manuel Pinto
CAFOD	Catholic Agency For Overseas Development
CDB	Corredor de Desenvolvimento da Beira
CEMIRDE	Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados
CIBS	Comité Institucional de Bioética em Saúde
COVID – 19	Doença por Coronavírus 2019
DHS	Demographic Health Survey
DPS	Direcção Provincial de Saúde
ESG	Escola Secundária Geral
FM	Faculdade de Medicina
HCM	Hospital Central de Maputo
ICF	International Classification of Funtioning, Disability and Health
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
IMASIDA	Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e VIH/SIDA
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
LDH	Liga dos Direitos Humanos
MP	Ministério Público
OIM	Organização Internacional para a Migração
ONG	Organização Não-Governamental
PGR	Procuradoria Geral da República
PRM	Polícia da República de Moçambique
SANTAC	<i>Southern Africa regional Network against Trafficking and Abuse of Children</i>
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Criminal
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation</i>
UNICEF	<i>United Nations Children’s Emergency Fund</i>
UNFPA	<i>United Nations Population Fund</i>
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Prefácio

Nos anos 2016 e 2018, a Comissão Episcopal para Migrantes, Refugiados e Deslocados – CEMIRDE, em parceria com a Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional – CAFOD e a STICHTING BVA – Vastinactie, realizaram duas pesquisas sobre o Tráfico de Pessoas, Órgãos e Partes do Corpo Humano nas regiões Sul e Norte respectivamente, os resultados foram apresentados publicamente e serviram de “despertador de consciências” da existência do fenómeno nas regiões abrangidas. Trata-se de um fenómeno que inclui a comercialização de seres humanos para fins de exploração sexual, trabalhos forçados e práticas tradicionais para enriquecimento rápido e ilícito.

O presente estudo, realizado na região Centro (Sofala, Zambézia, Tete e Manica), complementa as pesquisas anteriores e dá visibilidade à dimensão do problema a nível nacional, uma realidade indiscutível, cujas finalidades são obscuras e agravadas pelos constantes fluxos migratórios, aliados ao recrutamento de pessoas mais vulneráveis, sobretudo crianças, mulheres e portadores de albinismo.

A Igreja Católica em Moçambique na sua missão de promover a vida, e denunciar as injustiças, faz seus os clamores das vítimas destes crimes hediondos que deixam muitas famílias enlutadas e os sobreviventes com traumas para sempre. Por isso, oferece o seu contributo, por meio da CEMIRDE, uma Comissão da Conferência Episcopal de Moçambique, focada na assistência integral das pessoas em mobilidade e grupos em situação de vulnerabilidade.

Espera-se que este relatório de estudo seja mais um dos instrumentos valiosos para a formação, informação e prevenção, sobre a temática no mundo e, particularmente, em Moçambique.

Por fim, endereçamos palavras de AGRADECIMENTO às nossas parceiras: CAFOD e CARITAS ESPANHOLA, pelo apoio na materialização desta pesquisa, à equipa de pesquisadores e colaboradores da CEMIRDE, representantes de organizações estatais, ONGs, Sociedade Civil, líderes religiosos e comunitários que, apesar das complexidades próprias da temática, somadas aos desafios da eclosão da COVID-19, entre outros, não pouparam esforços para partilhar os seus conhecimentos durante os trabalhos.

A todos, muito obrigado e votos de um bom aproveitamento. “Juntos em defesa da vida e da dignidade humana.”



† **Atanásio Amisse Canira**

Bispo de Lichinga

Presidente da CEMIRDE

Agradecimentos

O presente estudo contou com a colaboração de várias pessoas e instituições, que generosamente compartilharam as suas experiências e conhecimentos. Um obrigado especial a todas e a todos que aceitaram falar conosco, mesmo que tal implicasse reviver momentos de grande sofrimento.

Agradecemos ainda o importante apoio da CEMIRDE, da CAFOD, da Caritas Espanhola, e dos pontos focais nas várias províncias pela assistência na preparação e realização do trabalho de campo.

Sumário

O presente estudo visa compreender o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano na região Centro de Moçambique, nas suas vertentes social e cultural, bem como traçar algumas propostas para a sua prevenção e combate. Desde o ano de 2016, que a Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados – CEMIRDE, tem vindo a promover estudos sobre o fenómeno, primeiro na região Sul de Moçambique, seguida da região Norte e, com este estudo, que abrange as províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete, completa todo o país.

Existem vários factores e vulnerabilidades que contribuem para a ocorrência de tráfico de pessoas, órgãos e de partes do corpo humano. A falta de oportunidades e pouca esperança de realização individual, ou seja, a precariedade social, constitui um dos factores que mais contribui para a ocorrência do fenómeno. A pobreza vai empurrando os mais marginalizados e vulneráveis para as redes do tráfico. Grande parte da população em Moçambique vive em condições de extrema precariedade, facto que promove estratégias dramáticas de sobrevivência, e a exposição a uma variedade de riscos. Observamos que os que aparecem como executores são pessoas facilmente aliciadas, com poucos valores, e, muitas vezes, são conhecidos ou membros da família das vítimas.

Nas comunidades, é reconhecido que o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano existe, apesar de haver alguma resistência na denúncia dos casos por medo de retaliações. Há casos onde se identificaram as pessoas envolvidas, mas o que está a faltar é uma investigação justa e conclusiva. Embora o país já possua uma legislação abrangente sobre o tráfico de pessoas e partes do corpo humano, o número de condenações é ainda muito reduzido, por vários motivos, incluindo a dificuldade na recolha de evidências ou provas.

“Este negócio envolve muito dinheiro... Foram sacos e sacos de dinheiro encontrados numa casa” (activista social, província de Tete, Janeiro 2021). Os criminosos aproveitam-se das condições precárias da vida humana para obter grandes lucros individuais, desconsiderando o sentido e o valor da pessoa. A dignidade da pessoa humana impõe que cada indivíduo seja sempre concebido como um sujeito, e nunca como um objecto, e, portanto, não permite a transformação do corpo em mercadoria.

Entre outras recomendações, sugere-se procurar o apoio do Governo e outras instituições ou parceiros para a assistência às vítimas a todos os níveis, financeira, psicossocial e médica. Por outro lado, a restituição da confiança nas instituições da justiça constitui uma prioridade que, para ser alcançada, requer a colaboração entre instituições.

Introdução

Desde a viragem do século, têm sido vários os relatórios de organizações internacionais e reportagens da imprensa nacional e internacional a dar conta do fenómeno, tanto de tráfico de pessoas, como de partes do corpo humano, em Moçambique. Esta é uma cruel realidade no país, embora seja difícil a obtenção de dados sobre a dimensão da mesma. Pela natureza complexa e delicada do fenómeno, existem poucos estudos sobre o assunto. Existem, contudo, várias evidências que confirmam Moçambique como país de recrutamento de vítimas para várias partes do mundo. Para além de país de origem, Moçambique tem sido apontado como corredor para o tráfico de pessoas com destino à África do Sul e, progressivamente, também país de destino.

Com o “Estudo sobre o Tráfico de Pessoas, Órgãos e Partes do Corpo Humano no Centro de Moçambique”, a Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados – CEMIRDE, que trabalha em benefício das pessoas em Mobilidade: Migrantes, Refugiados, Deslocados e outras pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo as vítimas do tráfico humano, visa compreender o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano na região Centro de Moçambique, nas suas vertentes social e cultural, bem com traçar algumas propostas para a sua prevenção e combate.

No ano de 2016, a CEMIRDE promoveu um estudo sobre tráfico de órgãos e partes do corpo humano na região Sul de Moçambique, nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, e mais tarde, em 2018, publicou um estudo sobre o fenómeno nas províncias do Norte do país, nomeadamente, Niassa, Nampula e Cabo Delgado. Deste modo, o presente estudo na região Centro de Moçambique, em parceria com a Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional – CAFOD e a Caritas Espanhola, tem como objectivo dar continuidade às acções preventivas e de combate ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano em outras regiões de Moçambique, bem como expandir a abrangência do conhecimento a respeito do fenómeno. O estudo abrangeu as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, onde existem relatos de muitos casos de tráfico de pessoas, assim como de órgãos e partes do corpo humano.

De acordo com um estudo da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH, 2016), a região Centro de Moçambique é a que mais regista casos de tráfico no país, sendo que quase 70% dos casos de extracção de órgãos ocorrem na região de Tete, Zambézia, Manica e Sofala. O mesmo indica que Moçambique dispõe de sete rotas de tráfico de órgãos e partes do corpo humano. O documento salienta que o baixo rendimento nas regiões fronteiriças e zonas rurais, sobretudo agrícolas, faz com que os jovens, entre os 18 e os 30 anos, sejam facilmente aliciados e recrutados por células criminosas para servirem como extractores de órgãos e partes do corpo. Existem vários factores e vulnerabilidades que contribuem para a ocorrência de

tráfico de pessoas, órgãos e de partes do corpo humano. Entre os mais destacados nos estudos realizados sobre o tema, constata-se a falta de oportunidades e pouca esperança de realização individual, ou seja, a precariedade social (Serra, 2006; Fellows, 2009; ISRI, 2014). A maior parte das famílias moçambicanas enfrenta grandes dificuldades económicas no seu dia-a-dia. A desigualdade, ou seja, a diferença entre a extrema riqueza e a pobreza constitui o pano de fundo do fenómeno, num contexto em que a própria vida adquire valor de mercado (Mariano, Braga e Moreira, 2016).

Na esteira das descobertas minerais da última década, Moçambique tem sido celebrado como uma das economias em maior crescimento no continente. Entretanto, os beneficiários deste tal crescimento económico substancial foram confinados a uma pequena porção da população, exortando as desigualdades socioeconómicas. Por outro lado, a instabilidade política e militar, a precariedade das infra-estruturas, a flutuação de preços dos mercados para produtos minerais, os desastres naturais, entre outros factores, fazem com que o crescimento nacional não seja linear. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. Acresce que a localização geográfica do país lhe confere uma posição estratégica. Na zona periférica do Oceano Índico, possuindo uma costa enorme, encontra-se na confluência das principais rotas de tráfego marítimo internacional. As extensas fronteiras marítimas, assim como terrestres, são difíceis e dispendiosas de patrulhar de forma apropriada. Este conjunto de factores, entre outros, marca o contexto que propicia o tráfico de seres humanos para vários fins.

O Relatório sobre Tráfico de Pessoas da Embaixada norte-americana aponta que, de 2018 para 2019, Moçambique ainda não conseguiu atingir os padrões mínimos exigidos para a eliminação do tráfico, apesar dos esforços empreendidos. De facto, o problema já motivou a criação de equipas técnicas para responder ao tráfico transfronteiriço de pessoas, particularmente Grupos de Referência que juntam entidades do Governo e da sociedade civil. Relativamente aos instrumentos legais, os avanços têm sido significativos. O novo Código Penal, que entrou em vigor a partir de Julho de 2015, no artigo 161, criminaliza a posse, transporte e tráfico de órgãos humanos, incluindo partes do corpo humano, mas continuam a ser registadas dificuldades na detenção dos supostos mandantes destes crimes.

Pela natureza complexa e delicada do fenómeno, impõe-se a necessidade de se realizarem mais estudos. Assim, com este estudo, a CEMIRDE pretendeu perceber as diferentes formas de actuação em torno deste fenómeno, documentar as percepções e avaliar o tipo de conhecimento sobre o mesmo, assim como ajuizar sobre as estratégias de gestão da problemática, tanto a nível individual como institucional. Especificamente, a CEMIRDE procurou identificar os contornos do fenómeno, de modo a buscar fórmulas adequadas para o seu enfrentamento nas comunidades paroquiais e noutras instituições provedoras de serviços essenciais, nas quatro províncias da região Centro de Moçambique, nomeadamente, as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia.

Metodologia

A metodologia qualitativa é particularmente indicada para compreender e interpretar determinados comportamentos e aceder a informações mais detalhadas das vivências das pessoas. Os métodos de pesquisa qualitativa são recomendados para explorar, descrever e explicar o impacto de certas ideologias e práticas, quer ao nível individual e familiar, como ao nível institucional.

Recorremos sobretudo às técnicas de Discussões de Grupos Focais (DGF), Entrevistas Individuais (EI) e observação directa. A definição dos participantes e dos locais do estudo, contou com a participação de activistas e líderes comunitários que colaboram com a CEMIRDE nas províncias em questão. Foram seleccionados três grupos de participantes, nomeadamente:

- Informantes-chave que directa ou indirectamente estivessem envolvidos na temática, tais como representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, líderes religiosos, líderes comunitários, professores, pessoal da biomedicina e da medicina tradicional;
- Membros das comunidades (incluindo pessoas que tenham sido vítimas de tráfico);
- Jovens estudantes do ensino secundário maiores de 18 anos.

Número de participantes

PROVÍNCIA	TIPO DE ENTREVISTA	Nº	Nº PESSOAS	TOTAL INFORMANTES
Tete	Entrevista Individual	16	16	42
	Grupo Focal	4	26	
Zambézia	Entrevista Individual	21	21	29
	Grupo Focal	1	8	
Manica	Entrevista Individual	11	11	24
	Grupo Focal	2	13	
Sofala	Entrevista Individual	13	13	13
Maputo	Entrevista Individual	3	3	3
TOTAL				111

A razão para a escolha dos locais de pesquisa deveu-se, entre outros, à intensa mobilidade humana, proximidade de fronteiras, vulnerabilidade e grupos de risco que caracterizam os mesmos, e ainda, notificação de casos de tráfico de pessoas e/ou de partes do corpo humano. Assim, em Sofala foram identificados como locais do estudo: cidade da Beira, distritos de Dondo, Búzi e Nhamatanda; em Manica: cidade de Chimoio, distritos de Vanduzi, Sussundenga e Manica; em Tete: cidade de Tete, distritos de Angónia, Tsangano e Moatize; e na Zambézia: cidade de Quelimane, distritos de Nicoadala, Mocuba e Milange.

Todas as questões éticas relativas ao respeito pela autonomia, anonimato e a confidencialidade foram levadas em consideração. O estudo foi realizado mediante a aprovação do Comité Institucional de Bioética em Saúde da Faculdade de Medicina/Hospital Central de Maputo com a referência CIBS FM&HCM/016/2020.

O último ciclone Eloíse, que atingiu a zona Centro do país, províncias de Sofala, Manica e Zambézia particularmente, no mês de Janeiro, deixou vários distritos como, por exemplo, Buzi, isolados. Deste modo, não foi possível realizar o trabalho de campo neste distrito. Um outro constrangimento está relacionado com a situação da pandemia COVID-19, que atrasou o início dos trabalhos, bem como reduziu os contactos com os participantes do estudo devido às restrições relacionadas com a prevenção.

Revisão da Literatura

Nas províncias de Tete, Manica, Zambézia e Sofala, onde atravessam as águas do rio Zambeze, há relatos de relações de afinidade entre mulheres e crocodilos e casos de homicídio com base em acusações de feitiçaria, principalmente de mulheres mais velhas, consideradas potencialmente “donas de crocodilos” (Braço, 2016).

Em Abril de 2020, o Tribunal de Maxixe, na província de Inhambane, condenou onze pessoas da mesma família a penas entre 18 meses e 23 anos de prisão pelo homicídio de um homem de 75 anos, enterrado vivo por suspeitas de feitiçaria. O assassinio de pessoas idosas, principalmente nas zonas rurais do país, é um fenómeno recorrente mas pouco abordado e geralmente é perpetrado pelos familiares mais próximos, filhos, netos e sobrinhos, que os acusam de feitiçaria e por serem os responsáveis pelos infortúnios da família. A constatação da alta mortalidade de jovens adultos, quer devido ao VIH/SIDA, quer por outros motivos, e o número de pessoas idosas sobreviventes aos inúmeros males da sociedade, criam suspeitas sobre a razão da sua longevidade que atribuem, muitas vezes, à feitiçaria (Sayagues et al., 2011).

Num estudo por nós realizado em 2019, no âmbito do ciclone Idai, observámos um caso de acusação de feitiçaria de um idoso de 80 anos de idade no distrito de Sus-sundenga, que sobreviveu a um ataque da população que o acusou da morte de três crianças. O caso apareceu na televisão pública. O idoso foi acusado pela população e pelo líder tradicional na sua área de residência de possuir meios para se transformar em crocodilo e morder pessoas.

À semelhança das acusações contra os idosos, que sobrevivem às várias doenças chegando a uma idade muito avançada e com bens materiais, os comerciantes ou negociantes que prosperam também são alvos de alegações de envolvimento em sacrifícios humanos. Num artigo sobre feitiçarias e cosmologias na região de Manica, Bertelsen explica como o sucesso no negócio de proprietários de moageiras e outros negócios resulta de sacrifícios humanos que devem ser feitos anualmente para garantir a continuidade da produção e riqueza (Bertelsen, 2014:205).

Simon Fellows, autor de um estudo conduzido pela LDH Moçambique (2009), afirma que na base do tráfico de órgãos e partes do corpo humano está uma forte crença que algumas partes do corpo humano magicamente tratadas podem resolver problemas sociais e tornar os medicamentos tradicionais mais fortes e eficazes. A África do Sul é um mercado importante onde se acredita que os órgãos sexuais,

coração, olhos e cérebro são usados na medicina tradicional para curar doenças decorrentes do VIH/SIDA, impotência sexual e infertilidade, e ainda, aumentar o poder e riqueza do indivíduo (UNESCO, 2006). Na África do Sul, relatos sobre assassinatos de pessoas, para extração de partes do corpo usadas na preparação de certo tipo de medicamentos tradicionais, têm uma longa história (Labuschagne, 2004). As acusações e suspeitas de práticas de feitiçaria, associadas ao tráfico de órgãos humanos, têm conhecido uma renovada importância nos últimos quinze anos. As frequentes acusações de feitiçaria ocorrem em tempos de crise económica, de degradação social e escassez de oportunidades para a ascensão social e económica (Meneses, 2008).

O tráfico de seres humanos constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, convertendo o ser humano em mercadoria. Viola incontestavelmente os direitos das vítimas e afecta famílias e comunidades inteiras, abusando deliberadamente de circunstâncias de vulnerabilidade. Tal como é definido pelas Nações Unidas (Protocolo de Palermo), o tráfico de seres humanos refere-se ao acto de recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, pelo menos, a prostituição forçada de outrem ou outras formas de exploração sexual ou reprodutiva, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura, ou práticas similares à escravatura, incluindo a escravatura infantil para fins de exploração como crianças-soldado, a servidão ou a extração de órgãos.

No seu estudo sobre tráfico de menores em Moçambique, Carlos Serra (2006) e a sua equipa de pesquisa partiram da hipótese central de que o tráfico de menores tem três características: "a prostituição para exploração sexual na África do Sul, trabalho forçado (eventualmente disfarçado por relações de parentesco) e a extração de órgãos para fins "mágicos ou cirúrgicos". Contudo, segundo os autores foi muito difícil encontrar dados que confirmassem esta hipótese, sendo este fenómeno marcado pela "cultura do silêncio" (p. 19). Neste sentido, Jossias (2006) informa que uma das limitações do estudo é que o tráfico nos remete para o submundo do crime e, por isso, muitas das suas práticas passam despercebidas.

Um estudo posterior (2009), levado a cabo pela LDH sobre tráfico de partes do corpo em Moçambique e na África do Sul, mostrou que ocorrem mutilações regu-

lares e partes do corpo são traficadas pela fronteira entre os dois países (Fellows, 2009). Mais tarde, em 2013, a Southern Africa regional Network against Trafficking and Abuse of Children – SANTAC, em colaboração com a LDH, realizou um estudo sobre o tráfico de partes do corpo humano no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. O estudo provou a existência do tráfico de partes do corpo perpetrado em Moçambique, Zimbabué e África do Sul. Os investigadores concluíram que o destino das partes do corpo é em grande parte a África do Sul.

No estudo conduzido pela LDH Moçambique (2009) denuncia-se a fragilidade institucional no combate ao tráfico de órgãos humanos devido à falta de um conceito de tráfico de partes do corpo reconhecida a nível internacional. No mesmo estudo, sublinha-se que a ausência da definição condicionará o sucesso de qualquer tentativa de combate à actividade, sendo que a violação dos direitos humanos continuará a acontecer sem qualquer diminuição. Apesar da ausência de um conceito internacional, a LDH considera como tráfico de partes do corpo humano o transporte ou o movimento de uma parte do corpo, quer através de uma fronteira ou dentro de um país para venda ou transacção comercial.

De facto, não existem claras fronteiras nas definições de tráfico humano. O tráfico é uma forma de poder em que se utiliza a vulnerabilidade das pessoas para as explorar e controlar, em troca de pagamentos e outros benefícios, como oferta de emprego, obtendo deste modo o consentimento das vítimas. Estas são colocadas numa situação em que perdem por completo os seus direitos, ficando sob a dependência dos traficantes (Monteiro e Osório, 2009).

Cabe ainda salientar que a demarcação entre o tráfico de pessoas e a migração irregular é muito ténue. Reiteramos o perfil de Moçambique como destino e país de trânsito de migrantes ilegais que se intercala com o tráfico de pessoas. Os fluxos migratórios ilegais aumentam o risco de tráfico, porquanto os migrantes irregulares – devido à sua vulnerabilidade e situação irregular – correm um risco particularmente elevado de serem vítimas de tráfico de seres humanos.

A falta de oportunidades de emprego em Moçambique reforçou a tendência existente de migração laboral para a África do Sul. Cada vez mais mulheres, jovens e crianças passam a fronteira em busca de melhores oportunidades utilizando canais irregulares de migração, que os deixam vulneráveis à exploração e à violação dos seus direitos. Um estudo elaborado pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), encomendado pela Procuradoria Geral da República e financiado pela Save the Children Moçambique em 2014, sobre o "Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular, de Crianças", indica que as zonas rurais e suburbanas são as mais afectadas. A incapacidade de integração dos jovens nas comunidades, como consequência dos elevados níveis de pobreza e falta de serviços por parte do Estado, é apontada como um dos factores de risco. O grau de vulnerabilidade que existe em muitas partes mais isoladas do país, propicia as acções dos traficantes no recrutamento das crianças e jovens.

Um estudo da Save the Children (2009) sugere que o tráfico interno e exploração de crianças ocorre por meio de acções ardilosas em muitas comunidades em Moçambique. São múltiplas e, por vezes, concomitantes as causas para a colocação das crianças em casa de parentes. Em geral relacionam-se com factores ligados ao trabalho migratório, mal-estar social relacionado com crises económicas e situações pós-conflito, acessibilidade à escola secundária, incapacidade dos pais para cuidar dos filhos, incluindo casos de doença (UNICEF, 2008). Contudo, este tipo de cuidados pode levar a diferenciações no tratamento das crianças no seio da família e expor as crianças a situações de abuso e exploração. As crianças são frequentemente usadas para o trabalho infantil num contexto de mobilidade interna (Moreira e Mariano, 2018).

Embora as meninas sejam mais frequentemente afectadas pelo tráfico interno, vinculado ao trabalho doméstico ou à exploração sexual, têm sido registados casos envolvendo jovens pescadores com suspeitas de tráfico para trabalhos forçados. O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC, 2016) aponta que as mulheres e meninas tendem a ser vítimas de tráfico resultado de casamentos forçados ou exploração sexual, enquanto que o tráfico de homens e meninos visa principalmente a sua exploração em trabalho forçado na indústria da mineração, como carregadores, soldados ou escravos.

Contexto

Moçambique é um país com extensas fronteiras. Tem um total de 2 470 km de linha costeira, banhada pelo Oceano Índico, e 4 783 km de fronteiras terrestres com seis países.

- 1 **Tanzania 840 km**
- 2 **Malawi 1498 km**
- 3 **Zâmbia 439 km**
- 4 **Zimbabué 1402 km**
- 5 **África do Sul 496 km**
- 6 **Eswatini 108 km**



O país tem uma população muito jovem e um crescimento demográfico acelerado, mas com baixos níveis de escolarização ou de formação profissional. 80% da população pratica agricultura de subsistência, dependente das variações climáticas. Moçambique é considerado um dos países mais pobres segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, apesar dos vastos recursos naturais. Acresce que Moçambique está entre os países mais sujeitos ao impacto das calamidades naturais, que estão a ser agravadas pelas mudanças climáticas. O resultado é que muitas pessoas estão em risco de perder os seus meios de subsistência, aumentando a sua vulnerabilidade.

A distribuição geográfica da população de Moçambique é irregular e a maioria concentra-se nas províncias de Nampula e Zambézia, com quase 40% da população total. De acordo com um relatório do Banco Mundial (2016), as províncias de Nampula e Zambézia representavam juntas quase metade da população pobre do país, em 2009 (48%), uma subida em relação a 42%, em 2003. O relatório enfatiza a fraca oportunidade económica dos pobres comparativamente aos não-pobres, assim como a questão do fraco acesso à escolaridade, como elementos que contribuem para a passagem geracional da pobreza.

Embora o acesso aos serviços sociais tenha aumentado, ainda persistem as desigualdades em termos de género e em termos geográficos. As províncias do Norte e do Centro têm menor acesso à educação, serviços de saúde, água, saneamento e protecção social. Estas disparidades provinciais são reforçadas pela reduzida aloca-

ção orçamental per-capita. As famílias mais pobres também são menos propensas a aceder aos serviços (Perfil de Género Moçambique 2016). A actual pandemia da COVID-19 está a ter um impacto significativamente negativo na renda da população e as necessidades de protecção social aumentaram.

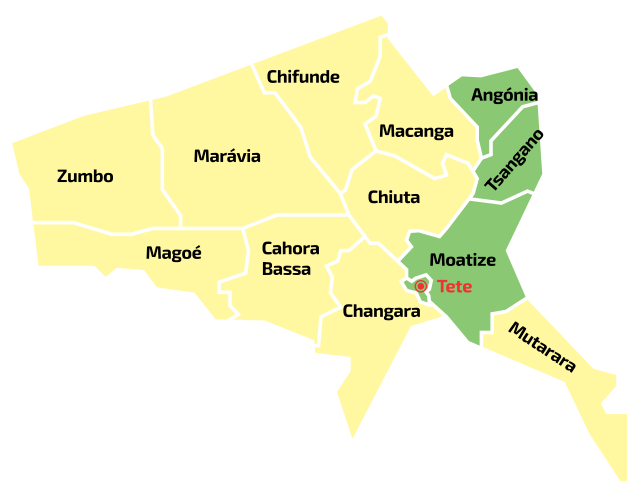
As assimetrias de poder nas relações de género em Moçambique tendem a afectar negativamente a vida das raparigas de várias maneiras, isto é, aumentando a demanda em responsabilidades familiares, domésticas e sociais, incluindo uniões prematuras e gravidez na adolescência. Apenas 46% das raparigas terminam a escola primária no país e 56% das mulheres são analfabetas (70% nas áreas rurais), em comparação com 29% dos homens (PEPFAR, 2016). A infância e a adolescência terminam para muitas com uma educação fraca, com problemas de saúde e sem poder de decisão sobre a própria vida e nas comunidades (UNFPA, 2017 p. 26).

O tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de droga, de armas, as redes de imigração ilegal, entre outras, são modalidades de crime organizado transnacional que existem no país. Moçambique tem extensas fronteiras fluviais onde se utilizam pequenas embarcações com o apoio das comunidades locais. As fronteiras com a Tanzânia e o Malawi são consideradas os principais corredores da imigração ilegal. As comunidades rurais, principalmente nas imediações do traçado fronteiriço têm um grau de vulnerabilidade muito acentuado e o acesso à assistência social é praticamente inexistente, daí a facilidade de se envolverem em actividades criminosas. As redes de crime organizado transnacional têm um grande poder económico e recorrem muitas vezes a práticas violentas (Francisco, 2018:3-8).

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado tem vindo a sofrer ataques terroristas do movimento "Al Shabaab". As consequências deste fenómeno são multidimensionais, desde a destruição de residências, paralisação dos vários serviços básicos, saque de estabelecimentos, morte de mais de mil pessoas e deslocamento de mais de quinhentas mil pessoas para várias zonas da província e do país (Macalane e Jafar, 2021).

Tete

Tete tem uma longa história de luta, marcada pela violência e movimentos involuntários da população. A província foi um dos palcos mais importantes na guerra de libertação. Entre 1968 e 1971, com a Frente



de Tete, a militarização da região tornou-se evidente e propiciou uma cultura de violência, cujos elementos puderam ser observados na guerra pós-independência (Coelho, 2003). A localização geográfica peculiar da província que faz fronteira com três países vizinhos, Zâmbia, Zimbabué e Malawi, faz dela estratégica em termos políticos, bem como de mobilidade de pessoas e mercadorias, nomeadamente o corredor para o porto da Beira. Tete é atravessada por três estradas nacionais: a N7 que liga a cidade de Tete à cidade portuária da Beira, a N8 que liga a cidade de Tete ao vizinho Malawi e a N9 que liga a cidade de Tete à Zâmbia. A linha férrea do Sena, destruída durante a guerra, foi reaberta por completo para passageiros em 2012.

Na última década, a província de Tete, com ênfase particular na cidade de Tete e no distrito de Moatize, tornou-se o centro das atenções, pois é um dos maiores e mais ricos depósitos de carvão do mundo. Vários projectos de mineração foram desenvolvidos em detrimento da população. Estes desenvolvimentos provocaram deslocamentos forçados e o reassentamento de agregados familiares e de comunidades inteiras. Os direitos fundamentais das populações locais têm sido severamente ameaçados pelas actividades destas empresas e a escassez de protecção por parte do Governo.

Com uma população de 2 813 229, dos quais 46,1% são menores de 15 anos de idade e 20,8% estão entre a faixa etária dos 15 aos 24 anos, Tete tem uma população muito jovem à semelhança das restantes províncias do país. A taxa global de fecundidade (nº de filhos) é de 6,1%. A mortalidade infantil é de 7% e a esperança média de vida (em anos) é de 59.5. De acordo com a UNICEF, cerca de 1,2 milhões de crianças em Moçambique estão fora da escola, maioritariamente raparigas da faixa etária do ensino secundário. A província de Tete tem no total 23 escolas secundárias gerais públicas (ESG 2º ciclo) com apenas 14 756 alunos matriculados em 2019. Segundo os dados do Censo 2017, na província de Tete, a percentagem de raparigas (dos 5 aos 18 anos) que não sabe ler e escrever é de 50%, assim como nos rapazes da mesma idade, a percentagem é de 50%. Relativamente aos adultos (dos 19 aos 59 anos), a percentagem de mulheres que não sabe ler nem escrever é de 67%, enquanto que a dos homens é de 33%. Linguisticamente, XiNyungue, XiNyanja e XiSena constituem os principais idiomas locais da província.

Apesar dos grandes investimentos da indústria de extração, a província tinha um total de 28 874 desempregados registados em 2019, dos quais 20 318 homens e 4 556 mulheres. A situação veio a piorar com a actual pandemia. O Conselho Empresarial de Tete divulgou que mais de 200 pequenas e médias empresas fecharam as portas e já se registam mais de 7 000 trabalhadores desempregados. As mineradoras também reduziram drasticamente as operações, gerando ainda mais jovens desempregados (DW África, 22.06.2020).

Foram seleccionados os distritos de Tsangano, Angónia, Moatize e a cidade de Tete, considerando vários factores. A fronteira de Calómue, em Angónia, sempre registou

Em Moçambique, a união prematura ou melhor, união forçada, continua a ser um dos maiores desafios que afecta principalmente as raparigas e mulheres jovens, com impactos na sua saúde, bem-estar e gozo dos seus direitos. De acordo com os dados do inquérito demográfico (2011), 48% das mulheres jovens entre 20 e 24 anos envolveram-se em união marital antes de completar 18 anos de idade. Zambézia, depois de Nampula, é a província que apresenta a taxa mais elevada, com 48% (IDS, 2011).

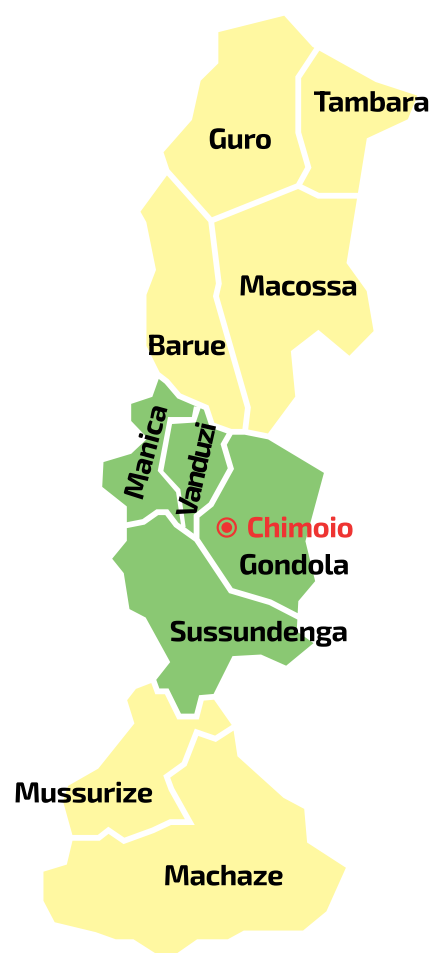
Na província da Zambézia, existem zonas onde mais frequentemente há ocorrência de recrutamento, aliciamento e rapto de pessoas para diversos tipos de tráfico humano e de partes do corpo. Milange, Mulumbo e Morrumbala, foram apontados como os distritos onde há ocorrência de perseguição e assassinato de portadores de albinismo e extração de órgãos (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

Funcionários do Ministério da Justiça, ao nível da província da Zambézia, lidam mais com casos de tráfico de partes do corpo do que com o tráfico de pessoas. 98% dos casos são de pessoas portadoras de albinismo. Consideram que 2019 foi o ano de pico, com 12 processos julgados, e em 2020 registou-se uma redução, com 8 casos, todos eles relacionados com a pigmentação, ou seja, o albinismo.

Manica

A província de Manica está localizada no Centro de Moçambique, com uma população de 1 945 994 habitantes numa área de 61 661 km², sendo 52,1% da população do sexo feminino e 47,9% masculino (INE, 2017). A população da Província é predominantemente rural, com apenas 25,3% das pessoas a viver em áreas urbanas (Langa, 2019: xii). Linguisticamente, XiNdau, XiTewue, XiManhika, XiSena, XiShona e XiNyungue são os principais idiomas locais da província. A poligamia é frequente na província de Manica, com 14% das mulheres relatando que os seus homens têm duas ou mais esposas (IMASIDA, 2015).

A localização geográfica da província é privilegiada e economicamente favorecida, pela facilidade de articulação com o resto do país, assim como com outros países da região. É uma região montanhosa, rica em recursos hídricos, agrícolas, florestais e minerais, incluindo ouro e pedras preciosas e semipreciosas. A extracção artesanal de ouro tem contri-



buído para o abandono escolar de adolescentes, principalmente na faixa etária dos 10 aos 15 anos, que colocam as suas vidas em risco para se envolverem nesta actividade.

De acordo com o Censo de 2017, 51% das raparigas (dos 5 aos 18 anos) não sabe ler nem escrever e, nos rapazes da mesma idade, a percentagem é de 49%. Relativamente aos adultos (dos 19 aos 59 anos), a percentagem de mulheres que não sabe ler nem escrever é de 77%, enquanto que dos homens é de 23%. Manica é uma das províncias com maior registo de uniões prematuras no país. Desde 2017, registaram-se 45 mil casos de uniões forçadas e violência sexual baseada no género na província de Manica, segundo indica um inquérito da Gender Links.

A província faz fronteira com o Zimbabué. Para a presente pesquisa, seleccionou-se os distritos de Manica, Vanduzi, Sussundenga e cidade de Chimoio, pelo histórico de casos de tráficos de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, e pelo facto de serem distritos e cidade que estão ao longo do corredor da Beira, com intenso trânsito interno e externo (principalmente camiões com destino ao Zimbabué e Malawi).

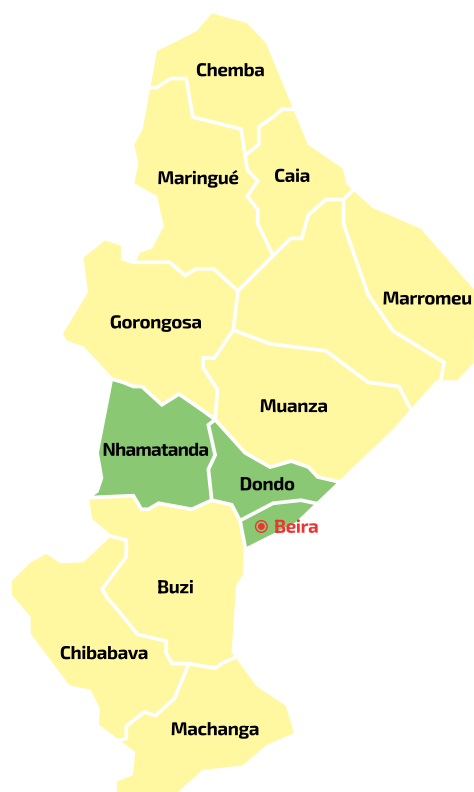
Vanduzi localiza-se estrategicamente no Centro da província de Manica, a 30 km da cidade capital, Chimoio, sendo igualmente, um importante corredor de desenvolvimento para a região Centro do país. Este distrito foi palco de conflito armado nos últimos anos (2015-2017). Similarmente a outros distritos afectados pelas tensões militares, as populações no distrito de Vanduzi, foram forçadas a abandonar as suas residências, procurando lugares mais seguros, por exemplo, na localidade de Kugombe, e em Chimoio, e ou refugiavam-se nas matas. As mulheres e crianças em particular sofreram maus-tratos perpetrados por militares, mulheres violadas sexualmente e agredidas fisicamente, para além de terem sido forçadas a abandonar as suas casas, muitas habitações foram queimadas e destruídas e bens saqueados. O conflito teve incidência directa no modo de vida das populações, onde as actividades agrícolas e comerciais paralisaram, e as crianças foram privadas de frequentar a escola. Com o conflito, aumentou a criminalidade e verificou-se a dispersão e desestruturação das famílias (Mariano e Mataveia, 2018).

Sofala

A província de Sofala, localizada no Centro de Moçambique, é limitada ao Norte e Nordeste, pelas províncias de Tete e Zambézia, a leste pelo Oceano Índico, a Sul pela província de Inhambane e a oeste pela província de Manica. Com uma área de 68 018 Km², possui uma população de 2 221 803 habitantes, sendo 51,8% da população feminina e 48,2% masculina, segundo o Censo Populacional do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2017. Os principais idiomas são XiSena e XiNdau. A esperança de vida ao nascer ronda os 58 anos, o número de desempregados inscritos acumulado até 2016 era de aproximada-

mente 14 786 indivíduos, onde a maioria são do sexo masculino (63,7%). A frequência do ensino secundário é extremamente baixa nas províncias centrais para o ensino secundário, 25% em Sofala e 30% em Manica (UNICEF, 2014). O casamento infantil é frequentemente associado ao abandono escolar de meninas e vulnerabilidade social e económica das suas famílias.

Segundo os dados do Censo de 2017, 52% das raparigas (dos 5 aos 18 anos) não sabe ler nem escrever e, nos rapazes da mesma idade, a percentagem é de 48%. Quando analisamos os mesmos dados nos adultos (dos 19 aos 59 anos), encontramos que 76% das mulheres contra 24% dos homens que não sabe ler nem escrever. Similarmente, a prevalência de VIH é mais elevada nas mulheres (18,8%) do que nos homens (13%), sendo que a discrepância é ainda maior na população jovem (dos 15 aos 24 anos), em que 11,6% das mulheres são VIH positivas contra 1% dos homens. Em relação aos agregados familiares chefiados por mulheres, a província de Sofala apresenta uma percentagem de 31,7%, sendo que 1% são raparigas dos 12 aos 19 anos de idade (Censo 2017).



A província foi em tempos um grande centro de trocas comerciais de ouro e, mais tarde, o centro para grandes companhias agro-industriais, efectuando trocas com Zimbabué, Zâmbia e Malawi, através do Corredor da Beira.

Beira é a segunda maior cidade de Moçambique, depois da capital do país, Maputo. Tem ainda o segundo maior porto marítimo. O Corredor de Desenvolvimento da Beira – CDB, constituído pelas quatro províncias do Centro, é uma porta de entrada e de saída para o Zimbabué, para a Zâmbia e para o Malawi. Representa um dos corredores mais importantes para o hinterland, através do porto da Beira. Os níveis de contrabando nesta região são muito elevados, destacando-se a fronteira de Machipanda, em Manica, e algumas fronteiras da província de Tete (Muendane, 2020:154).

A linha de Sena, que liga o porto da Beira ao Malawi, foi reaberta por completo para passageiros no ano de 2012, ao fim de mais de 20 anos. A linha tinha sido destruída durante o tempo da guerra dos 16 anos. É também nesta linha que está a ser transportado o carvão de Moatize, na província de Tete.

De forma geral, a cidade da Beira, distritos de Dondo e Nhamatanda são os que reportam mais casos de violência e/ou tentativa de tráfico de pessoas, provavelmente, devido a sua localização geográfica, uma vez que são distritos que estão no corredor da cidade da Beira.

Descrição de casos

Migração ilegal

Moçambique e Malawi são “grandes corredores” por haver pouco controle e muita corrupção, disseram alguns dos nossos informantes. Foi referido por vários profissionais das áreas da justiça, assim como da migração, que tem acontecido com alguma frequência nos transportes semi-colectivos (vulgo “chapa 100”) serem identificados migrantes ilegais nos controles da polícia de trânsito. Quando se vai a ver os seus documentos, não apresentam registo de entrada no Malawi, enquanto passaram por aquele país para entrar em Moçambique.



Posto fronteiriço de Calomué (Província de Tete).

Uma das entradas principais é em Angónia, nomeadamente, através da fronteira de Calomué. “Dizem que estão a ir para a África do Sul, mas também são apanhados muitos que ficam por aqui ou em Chimoio, e também podem ser esses que vão para a guerra em Cabo Delgado”, referiu uma líder comunitária. “Entram através da fronteira de Zobué. São repatriados, mas dois dias depois voltam a entrar do Malawi. Me preocupa muito, principalmente com a guerra em Cabo Delgado” (funcionário do Ministério do Interior, província de Tete, Janeiro 2021).

Por sua vez, a província de Manica, com uma fronteira muito extensa, abrangendo os países Zimbabué e África do Sul, torna-se também um corredor viável e apetível a ser usado como caminho para a entrada e saída de pessoas e de bens de forma ilegal. As entrevistas realizadas na província, com os agentes de migração e

profissionais da justiça, apontaram que, devido à extensão da fronteira de Machipanda, os agentes e guardas fronteiriços não conseguem cobrir o patrulhamento de toda a fronteira, deixando assim, espaço para o aumento da imigração ilegal. Um dos agentes relatou que, "com o encerramento das fronteiras, devido à COVID-19, maior parte das pessoas tem usado a migração ilegal como forma de ir e vir". Este cenário mostra a vulnerabilidade da mesma e a ausência de controlo das pessoas e bens que entram e saem do país.

A migração ilegal confunde-se com casos de tráfico, uma vez que os migrantes geralmente encontram-se numa situação de vulnerabilidade, por vezes sem estar na posse dos seus documentos e sob controlo de um "facilitador". Um dos nossos informantes da justiça acompanhou o caso dramático dos 78 imigrantes ilegais encontrados no contentor de um camião em Moatize, dos quais 64 já sem vida. Os jovens tinham sido recrutados na Etiópia por pessoas que estão na África do Sul, passando via Malawi, mas não foi possível averiguar a finalidade. Pensa-se que existia intenção de tráfico para exploração laboral, mas não tendo como provar, os envolvidos foram condenados por auxílio de imigração ilegal. Foi solicitado o apoio da África do Sul e do Malawi na investigação deste caso, mas o mesmo foi ignorado. No distrito de Moatize foram detidos 26 cidadãos malawianos com documentos moçambicanos falsificados. Vinham de Niassa com destino à África do Sul. No grupo estavam três mulheres e duas pessoas menores de idade. Foi detectado que se tratava de tráfico para exploração laboral na África do Sul, mas a colaboração com aquele país não foi facilitada.

Já na província da Zambézia, um dos nossos informantes afirmou "nós temos uma colaboração com a polícia malawiana quando acontecem casos de tráfico transnacional" (agente da SERNIC, Zambézia, Janeiro 2021). Actualmente, está em processo a gestão de um caso de uma rapariga que foi traficada para a África do Sul quando tinha catorze anos de idade, com promessa de emprego, mas que caiu na rede de prostituição. O Governo da África do Sul notificou Moçambique sobre o caso para garantir o regresso da vítima. Com o apoio e colaboração da Save the Children a família da vítima já foi identificada (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

"A pessoa nunca chega a dizer que está a ser traficada. O que diz é que a convidaram para trabalhar" (funcionários dos Serviços de Migração, Sofala, Fevereiro 2021). Os estrangeiros são provenientes da região da Ásia, onde encontramos cidadãos do Paquistão e Bangladesh, e Africanos, provenientes da Somália, Etiópia, Malawi e Tanzânia.

Recentemente, foram encontradas num carro pequeno, transportado por um tanzaniano residente na África do Sul, dez mulheres provenientes da Tanzânia com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos, alegando que iam para Maputo a um casamento. Estas tinham documentos falsos e foram imediatamente repatriadas. De acordo com o nosso informante tratava-se de tráfico ligado à indústria da prostituição para a África do Sul.

Os malawianos, homens e mulheres de aproximadamente 17 a 35 anos, também dizem que vão para a África do Sul. Passam a fronteira com passaporte, mas mais tarde são-lhes retirados os documentos e tornam-se escravos nas fábricas e plantações de cana-de-açúcar, tabaco, etc. Estas pessoas geralmente não sabem ler nem escrever, não têm profissão e acabam por entrar na rede da escravatura. "Nós apanhamos e devolvemos, mas alguns escapam" (funcionário dos Serviços de Migração, Sofala, Fevereiro 2021).

Segundo um dos nossos informantes, os refugiados somalianos, assim como alguns dos migrantes etíopes, usam o "nosso" corredor para chegar à África do Sul. No grupo dos etíopes, raras vezes há mulheres. Chegados à África do Sul, são colocados em zonas cercadas de muros altos. Suspeita-se que sejam inseridos em comunidades muçulmanas para estudar e servirem como potenciais terroristas. Os recrutadores preferem pessoas da religião muçulmana por serem considerados como os que mais facilmente podem ser preparados ou manipulados para estas actividades.

À semelhança dos etíopes e somalianos, os paquistaneses também são traficados para a África do Sul com promessas de trabalho. Segundo o informante, estes sofrem o dobro: são pessoas que saem do campo, não sabem falar o inglês, vendem tudo o que tinham no campo e entregam ao recrutador, podendo ir até valores de dez e vinte mil dólares. "Passam o terror, mal se alimentam, caminham no mato e quando chegam são lhes retirados os passaportes e são explorados".

Um dos entrevistados no distrito de Manica referiu que além da vasta extensão e falta de capacidade de patrulhamento, por vezes existem migrações ilegais com conivência dos agentes da migração, guarda fronteiriça e polícia em geral. O mesmo entrevistado reportou também que muitos estrangeiros entram ilegalmente no país e, passado algum tempo, adquirem a nacionalidade moçambicana. Esta falta de controlo e vulnerabilidade das fronteiras pode estar a contribuir para o aumento de casos de tráfico de pessoas, principalmente na província de Manica.

Outro caso é que, a maior parte das pessoas que são vítimas de tráfico, são tidas como pessoas desaparecidas, porque as autoridades competentes não conseguem provar que a pessoa foi vítima de tráfico, ou seja, que o seu desaparecimento está ligado ao tráfico de pessoas. Este facto faz com que os casos reportados de tráfico de pessoas ou de órgãos e partes do corpo humano estejam muito abaixo da realidade. Existe uma subnotificação dos casos reais.

Um médico tradicional por nós entrevistado referiu que "existem muitos médicos tradicionais, oriundos do Malawi, que entram em Moçambique com o objectivo de exercer a medicina tradicional, mas não são registrados na AMETRAMO e, passado um tempo, desaparecem". Segundo o entrevistado, a AMETRAMO não tem como saber se de facto eles estão a exercer a medicina tradicional ou se fazem outro tipo de actividade. "Estes médicos tradicionais entram no país via Mossurize, Machaze e Machipanda, isto devido à falta de controlo efectivo das nossas autoridades que, para além de não terem capacidade para controlar toda a fronteira, também são coniventes com a entrada destes médicos no nosso país, através de corrupção" (médico tradicional, província de Manica, Janeiro 2021).

Tráfico interno

Até um certo ponto, a rede do tráfico é interna, com vítimas e executores nacionais, mas a malha também tem, ou pode ter, uma extensão transnacional, quando se afirma que "há participação de malawianos e tanzanianos como executores, e não só os moçambicanos" (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021). Com isto, queremos dizer que, o tráfico pode começar como interno, mas pode se desenvolver para uma situação transnacional, comprovando as dificuldades de controlo e gestão destas movimentações.

Nos últimos tempos, ocorre o tráfico de pessoas levadas na via pública, com promessas de emprego. "No ano passado, em 2020, tivemos dois processos de pessoas levadas na via pública e 8 processos de manifestação de intenção" (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021). Em Manica, sempre se fala de tráfico de pessoas, geralmente envolvendo menores. "Desapareciam muitas crianças na zona de Messica e Machipanda, todas no Distrito de Manica e, sempre envolvia esta senhora. Graças à população, esta senhora foi detida" (líder religioso, Manica, Janeiro 2021).

O comboio – Beira

Crianças, jovens e adolescentes saem dos vários distritos de Zambézia, Sofala e Tete (Dondo, Mafambisse, Nhamatanda, Gorongosa, Caia, Marromeu, etc.) para a cidade da Beira, para diferentes fins de exploração. Muitas crianças sozinhas (8, 9, 10 anos) ou acompanhadas pelos irmãos (14, 15, 16 anos) se instalavam na estação dos caminhos-de-ferro da Beira. As crianças diziam que queriam qualquer tipo de trabalho. Por causa da pobreza e da fome, fugiam dos pais. Segundo os nossos informantes, as pessoas já sabiam os dias em que o comboio chegava e iam lá buscar as crianças, "como um mercado" (Centro de Apoio à Vítima de Violência, Sofala, Fevereiro 2021). "Parece que voltámos ao tráfico de escravos", comentou uma informante líder comunitária. Isto acontecia desde o início da abertura da linha férrea para o transporte de pessoas e parou recentemente por causa da pandemia.

Foi relatado o caso de um homem, moçambicano de trinta e sete anos de idade, que tinha menores a trabalhar para ele. Ele encontrava os menores na rua ou ia à estação de comboio para os recrutar. Este comerciante, com um negócio de venda de capulanas, é conhecido por violar sexualmente estes rapazes. Uma das vítimas fez uma denúncia, mas acabou fugindo do Gabinete de Apoio à Vítima quando o mandaram aguardar para ir à medicina legal. Este abusador acaba sempre saindo em liberdade porque as vítimas desaparecem. Segundo a nossa informante do Ministério do Interior, o agressor alega espíritos maus ou perseguição da polícia.

Exploração de trabalho infantil

Em Moçambique, o tráfico de menores é tratado de forma leviana e, às vezes, remetido para a dimensão social e familiar, o que termina em resoluções de âmbito comunitário e familiar. Nos distritos onde se fez a pesquisa, grande parte dos informantes reportaram casos de crianças que desapareceram ou foram usadas para exploração laboral. O trabalho infantil nas machambas, em grandes plantações, é uma prática difusa e frequente na província da Zambézia, particularmente no distrito do Gurué. Mas também, crianças, jovens e adultos de várias partes desta província são recrutados com promessas de estudar e de emprego noutras partes do país.

Em Manica e Chimoio, as cidades mais movimentadas e prósperas da província de Manica, são muitas as crianças que são vítimas de exploração laboral. Uma

informante agente da polícia referiu que são muitos os casos de crianças que são retiradas do convívio familiar (do distrito para a cidade), com promessas de uma vida melhor e possibilidade de estudar, e terminam nas ruas vendendo diversos tipos de bens como uma forma de garantir o seu sustento na residência onde vivem.

A Direcção Provincial de Saúde de Manica referiu que os casos de tráfico de pessoas com fins de trabalho infantil têm sido reportados ao nível das unidades sanitárias, através de menores de idade (sobretudo do sexo masculino), que aparecem com diversas enfermidades, sobretudo as de lesão corporal, decorrente de maus tratos. Quando conversam com os psicólogos, as crianças revelam que passam maior parte do seu dia-a-dia na rua, vendendo diversos produtos a mando dos seus cuidadores, geralmente tios, tias, cunhadas. Muitas destas crianças são oriundas de distritos circunvizinhos da cidade de Chimoio, com destaque para Sussundenga, Vanduzi e Manica.

Em Maio de 2020, na província da Zambézia, foi reportada uma tentativa de transacção de treze jovens e adultos, de 19 a 35 anos de idade, que foi revelada à polícia através de uma denúncia. Em Outubro de 2020, foi identificado o caso de tráfico de crianças de idades compreendidas entre 13 a 16 anos, recrutadas no distrito de Ile, para trabalhar na machamba em Molumbo. Estas estiveram cerca de um 1 ano e 4 meses a trabalhar para um proprietário, com uma alimentação diária à base de xima e peixe e, no final desse período, receberam apenas 1 000,00 meticais. De regresso a casa, uma das crianças com sentimento de frustração e de injustiça, contou ao motorista que ela e outras crianças eram exploradas. Os rapazes "porque têm mais energia" são mais procurados para a exploração laboral em relação às raparigas. Os rapazes também são considerados como os mais apropriados e "usados" como mão-de-obra barata nas machambas (plantações de tabaco), mas também para vender diferentes produtos na rua.

Neste momento, está nas mãos da Procuradoria Provincial da Zambézia, o processo que envolve o tráfico de dezanove crianças, na maioria do sexo masculino, que iam para a Beira, para ficar numa madrassa (igreja Mahometana). Neste caso, estavam envolvidos residentes de Namacurra, como recrutadores e vítimas, disse o funcionário da PRM (Zambézia, Janeiro 2021). Actualmente, o Tribunal Provincial tem dois casos de tráfico de trabalho infantil em curso. Segundo um funcionário da justiça, o Código Penal prevê a condenação dos promotores e envolvimento de crianças para exploração laboral (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

Prostituição infantil

Na província de Manica a prostituição infantil é uma prática que não tem rosto. A maior parte das raparigas que são submetidas à prostituição, são oriundas de zonas recônditas da província de Manica. Para o nosso informante, líder religioso, são vários os casos de crentes que aparecem na Igreja e falam de crianças nas suas zonas, que têm uma vida nocturna que levanta suspeitas. São crianças que, durante o dia, estão a dormir, e, nas noites, estão sempre na rua ou fora de casa.

Também há casos de prostituição infantil que acontecem em casas particulares ou em locais de convívio como "barracas". As raparigas são submetidas a estes locais pelos seus "donos" ou, vulgarmente, patrões. Segundo um informante, funcionário do Ministério do Interior, primeiramente, as raparigas são adquiridas ou compradas por alguém que se dedica ou está envolvido no mercado de negócio relacionado com a prostituição. Estes compram as meninas com pessoas que muitas vezes são familiares ou conhecidos da vítima. Após a compra, é-lhes concedida residência e refeições e, após um período de semanas ou um mês, são submetidas ao mercado da prostituição. O dinheiro é entregue ao "dono" das raparigas e este, por sua vez, garante a alimentação, a habitação e alguma compensação financeira que, em grande medida, servem para garantir a manutenção da beleza das raparigas, de modo a que fiquem mais atraentes. Estas raparigas, por vezes, não têm consciência ou poder de decisão sobre os riscos que correm, nem do controlo exercido sobre elas, e acabam por assumir esta actividade como uma oportunidade de sobrevivência que é melhor do que nos distritos, os seus lugares de origem.

"As crianças do comboio", vindas do Dondo, Mafambisse, entre outros lugares, são muitas vezes levadas para a Praia Nova (na cidade da Beira) para serem usadas na prostituição. O Centro de Apoio à Vítima de Violência em Sofala acompanhou o caso de uma criança de oito anos que vivia na rua, enquanto a sua irmã mais velha de catorze anos se prostituía na Praia Nova. A irmã mais velha levava a mais nova para que esta pudesse pelo menos conseguir uma refeição, algo que não acontecia na sua casa. Frequentemente, estas crianças são órfãs e a vida na rua a pedir esmola ou na prostituição constitui a única fonte de sobrevivência possível e daí o dilema da própria instituição de apoio em "devolver" estas crianças ao seu meio familiar.

Extracção e venda de órgãos

“Começa com uma promessa de negócio. Chega um indivíduo, fala comigo e diz que tem uma bolada” (Grupo de estudantes, província de Tete, Janeiro 2021).

“No princípio, procuravam-se os ossos da mão direita, porque se dizia que davam sorte, para ter dinheiro. Andar com um osso desses na carteira, atrai. Mais recentemente diversificaram. Raptam e matam a pessoa com albinismo. Encontramo-la morta sem genitais. Temos casos de crianças, homens e mulheres. Casos de corpos sem vida, sem cabelo, sem cabeça” narrou um funcionário do Tribunal (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

Segundo um líder comunitário, no ano passado (2020), uma vizinha camponesa, mãe de dois filhos de 16 e 19 anos de idade, foi para a cadeia por estar envolvida no tráfico e o caso agora está em Tribunal para julgamento. A mulher foi acusada de ter matado um albino e extraído partes do corpo, membros e olhos. De acordo com o informante, os traficantes são malawianos (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021). Funcionários do Ministério da Justiça acreditam que o tráfico de órgãos esteja ligado à superstição, pela maneira como esses órgãos são extraídos, conservados e transportados. Por vezes, são transportados no chapa (transporte semicolectivo), com a possibilidade de exalar cheiros, e facilmente se deteriorarem, portanto, fica excluída a extracção dos órgãos para fins médicos ou de transplante. Quando questionado sobre como esses órgãos têm sido transportados pelos traficantes, o nosso informante disse “o último caso que se deu foi em Mulumbo, na semana passada. Dois indivíduos carregaram no coolman, amarraram aquilo como se fosse uma trouxa, e foram interpelados. Agora, outros que são poderosos, usam as suas viaturas” (agente da SERNIC, Zambézia, Janeiro de 2021).

Em 2017, foi registado um caso de tráfico de órgãos na localidade de Chitango, no distrito de Milange. “Os autores agrediram fisicamente um jovem do sexo masculino e mataram-no. Extraíram os órgãos genitais e lançaram o corpo ao rio. Os indivíduos que se faziam transportar com esses órgãos em plásticos foram encontrados e neutralizados pela polícia. Alegaram terem sido mandados e seriam remunerados. E os mandantes estavam no Malawi” (agente da SERNIC, Zambézia, Janeiro de 2021).

Em Junho de 2020, no cruzamento de Milange, foi encontrado um homem transportando um cooleman-bolsa térmica com genitais masculinos. “O indivíduo foi interpelado pela população que o levou à polícia. Depois disso, nunca mais se soube do desfecho” (líder religioso, Zambézia, Janeiro 2021). No mesmo ano, na estrada para Milange, há registo de um outro caso, uma mulher encontrada em sua casa morta

e sem órgãos genitais. “Tratava-se de uma mulher de setenta anos de idade e que vivia sozinha. Os malfeitores não foram identificados. A polícia e os profissionais de saúde foram ao local para investigação médica, mas o caso não teve desfecho” (líder religioso, Zambézia, Janeiro 2021). Aconteceu igualmente, em 2004, um caso de desaparecimento de um idoso em Machipanda (distrito de Manica). “O idoso desapareceu na sexta-feira e foi encontrado no domingo sem vida e com partes de corpo em falta” (líder religioso, Manica, Janeiro 2021).

De acordo com um funcionário do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos na Zambézia, em 2019, quando os réus de um caso de tráfico de órgãos foram questionados sobre os mandantes, referiram-se a curandeiros estrangeiros. O envolvimento dos curandeiros moçambicanos é apenas de preparar e proteger os executores para não serem apanhados em acção. É difícil saber qual o destino. Escondem os mandantes e os executores nem sempre são contactados pelos comerciantes.

Um dos nossos informantes da sociedade civil relatou uma experiência pessoal em que passou por um comprador de órgãos em conivência com a polícia para “apanhar” um criminoso em flagrante. Negociou um órgão sexual masculino por 120 000,00 meticais e um órgão sexual feminino por 190 000,00 meticais. Os órgãos foram encontrados na geleira e os dois homens envolvidos no crime foram condenados. Um deles está a cumprir a pena, de 26 anos, na cadeia da Cabeça do Velho (Chimoio).

“Houve um caso em Tete, há alguns anos atrás, em que foram encontradas algumas pessoas na posse de órgãos e partes do corpo humano de pessoas com albinismo. Uma das pessoas detidas era uma polícia” (PRM, Tete, Janeiro 2021).

Segundo uma agente do SERNIC, “as pessoas que são traficadas, sobretudo para fora do país, têm como finalidade a retirada de órgãos humanos como rins. Muitas vezes, estes rins são retirados do corpo de pessoas traficadas para colocar em pessoas que tenham falta deste órgão”. Este é um dos poucos relatos que recolhemos que se pode associar a uma possível utilização de órgãos para fins de transplante.

Órgãos genitais masculinos

Segundo um informante na província de Sofala, a maior parte das vítimas de tentativa de tráfico são os txopelistas (condutores de mototáxi), pela vulnerabilidade destes em função do trabalho que fazem. “Um jovem txopelista foi abordado por três indivíduos, - um deles era seu conhecido - para um serviço ao final do dia.

Quando passavam por um lugar ermo, um deles simulou que tinha deixado cair algo, para o txopela (mototáxi) parar. Nesse momento, começaram a bater-lhe com um martelo na cabeça. Cortaram-lhe o pénis e os testículos com uma navalha." Segundo o nosso informante, o rapaz, de vinte e quatro anos de idade, sobreviveu, mas está traumatizado. Um dos agressores foi condenado e teria que pagar uma indemnização, mas o mesmo nem tem condições para pagar os custos do Tribunal. "A acção social tinha que dar uma mão" (agente da SERNIC, Sofala, Fevereiro 2021).

Conversámos com um jovem de vinte e sete anos de idade a quem extraíram os órgãos genitais no ano passado (2020). Ele contou que estava a fabricar blocos e, por volta das 20 horas, foi cercado por umas pessoas que lhe bateram com tanta força na cabeça que o fez desmaiar. Foi quando lhe cortaram os órgãos genitais e o atiraram para uma machamba. Quando ele começou a gemer, algumas pessoas ouviram e foram acudi-lo. Viram tudo cortado com muito sangue e perguntaram quem tinha feito aquilo. Ele conseguiu identificar os agressores. Enquanto o levaram para o hospital, a população ficou a cercar a casa dos agressores. Quando a polícia chegou, disparou para o ar e um dos criminosos conseguiu fugir. A suposta mandante, uma mulher malawiana, também conseguiu fugir. O caso foi julgado no Tribunal de Tete e duas pessoas ficaram detidas. O Tribunal sentenciou o pagamento de uma indemnização de 200 000,00 meticais para cada agressor, mas a vítima nunca viu este dinheiro e provavelmente nunca vai ver, pois trata-se de dois jovens que não têm como pagar. Os mesmos eram amigos da vítima que, para além de ter vendido a machamba dele para conseguir algum dinheiro para se deslocar a Tete para os tratamentos, foi abandonado pela mulher que levou os quatro filhos com ela. Vive actualmente de favor na casa de um conterrâneo e tem tido problemas de saúde. Para além do trauma que este acto violento causou, actualmente este jovem tem problemas urinários que necessitam de uma intervenção cirúrgica.

"É um trauma inultrapassável" expôs um dos nossos informantes da área da saúde relativamente a um caso de uma criança do sexo masculino de cinco anos, que sobreviveu a uma mutilação dos seus órgãos genitais, em finais de 2019. Este caso aconteceu na cidade de Tete e o agressor era um jovem muito próximo da família, bem conhecido da vítima. A criança conseguiu revelar e reconstruir a história. A criança desapareceu às 16 horas e só no dia seguinte de manhã é que conseguiu se arrastar até à estrada e ser socorrida. Quando o agressor soube que a criança tinha sobrevivido fugiu e até hoje continua foragido. A população vizinha, em reacção à ausência da polícia, fez justiça pelas suas próprias mãos incendiando a casa onde o atacante vivia. Há um sentimento de mágoa, comoção e preocupação pelo facto de o agressor estar a circular de forma impune. Questiona-se também qual é a segurança desta criança e da sua família. Facilmente se pode encontrar o atacante

que se sabe que se encontra no distrito de Moatize, mas alega-se que a instituição (polícia) não tem recursos para se deslocar e capturá-lo.

Depois de um tratamento médico, mas não adequado, a criança necessitou de outras intervenções cirúrgicas para a funcionalidade biológica do sistema urinário e de reconstrução dos órgãos genitais para lhe devolver alguma dignidade. "Ficou sem nada. testículos, escroto, pénis", disse o nosso informante. A criança está a ser acompanhada em Maputo por uma equipa médica resultante de uma acção de solidariedade. O caso foi tão conhecido no bairro que as outras crianças sempre que brincassem com a vítima faziam troça dele. Durante uma brincadeira entre outros rapazes, percebendo o choro da vítima, uma vizinha questionou do que se tratava e, quando percebeu que esta criança estava mutilada, interessou-se por acompanhá-la e à sua família para cuidados médicos e apoio psicológico. Este é mais um caso traumático que necessita de cuidados médicos especiais (muitas cirurgias e por um longo período de tempo).

Exumação de túmulos

"É muito frequente a exumação de ossadas. Há dois anos atrás, em Nhamatanda, enterraram uma criança e, no dia seguinte, a mesma já não estava lá. O que as pessoas dizem é que o motivo é o curandeirismo. Dizem que secam os corpos e levam para o Malawi. Também acompanhámos tráfico de pessoas com albinismo. A motivação é sempre o curandeirismo. Dizem que levam os ossos e vão fazer droga para as pessoas enriquecerem" (líder de organização da sociedade civil, província de Sofala, Fevereiro 2021). Outros casos ouvimos de exumação dos túmulos de pessoas calvas. Diz-se que têm uma coisa preciosa na cabeça que faz enriquecer.

A exumação de túmulos de pessoas com albinismo (assassinadas ou que tiveram morte natural - doença ou acidente), assim como de homens calvos, é muito frequente na província da Zambézia. "Pessoas com albinismo e calvície são assassinadas para lhes deceparem a cabeça. Nos anos anteriores, ocorreu com muita frequência" (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021). "Ouvi um caso que ocorreu em 2019, organizado por um grupo de jovens (três ou quatro), naturais de Macúzi, distrito de Namacurra, que foram interpelados pela PRM. O destino era Nampula. Dois fugiram e um dos jovens foi encontrado com ossadas (pernas e braços humanos) exumadas uma semana após a morte por doença de um jovem com albinismo. O criminoso ficou preso" (funcionário da PRM, Zambézia, Janeiro 2021).

Ainda na Zambézia, ossadas de uma mulher com albinismo foram desenterradas para fins de comercialização. A vítima foi morta e o cadáver escondido durante vários anos. "O indiciado foi neutralizado quando tentava comercializar as ossadas. Foi instaurado um processo-crime contra o criminoso e este foi encarcerado" (funcionária da PRM, Zambézia, Janeiro 2021). Outro caso de exumação aconteceu em Maquival. O corpo era de uma mulher albina, "adoeceu, morreu e foi enterrada. Depois de trinta dias, quando a foram desenterrar, tiraram todos os ossos" (irmão da vítima, Zambézia, Janeiro de 2021).

Na província de Sofala, ouvimos relatos de exumação de campas de recém-nascidos, particularmente dois bebês do sexo masculino. "Os guardas do cemitério e o regulado suspeitavam de curandeiros malawianos" (agente da SERNIC, Sofala, Fevereiro 2021).

Raptos e assassinatos de crianças e adultos com albinismo

É comum desconfiar-se das pessoas que ostentam grandes riquezas que não se sabe de onde vêm. Por exemplo, alguns informantes relataram o caso de um homem em Moatize que "todos sabem que rouba crianças". Acredita-se que ele tem uma equipa de executores locais que lhe entregam crianças que, por sua vez, ele entrega a alguém ainda mais superior. A criança com albinismo é que está mais em risco, considerada "bolada", ou seja, como mercadoria para comercializar.

Um dos casos mais recentes de rapto de crianças com albinismo que nos foi relatado foi o de um menino de 10 anos residente no distrito de Angónia, raptado no dia 14 de Janeiro deste ano (2021). Suspeita-se de um grupo de indivíduos que procuraram arrendar uma casa na vizinhança, pois no dia em que a criança desapareceu os mesmos também desapareceram.

Uma líder comunitária referiu que no distrito de Angónia têm havido alguns casos, "há aqueles que já mataram e há aqueles que já atravessaram a fronteira". Disse que nos últimos tempos os pais têm medo e, por isso, já não deixam as crianças albinas sozinhas. A mesma informante descreveu um caso que acompanhou de uma senhora que "só tinha filhos albinos... Então, o marido arranjou uma segunda mulher... Enquanto dormia na outra casa, os malfeitores vieram e levaram uma criança".

Já na província de Manica, a informante da SERNIC referiu que não houve nos últimos cinco anos nenhum caso de tráfico de pessoas com albinismo. Por sua vez, um médico tradicional do distrito de Sussundenga apontou que, as pessoas com

albinismo são as mais vulneráveis devido à ideia de que elas têm poder sobrenatural que pode fazer enriquecer, curar, tratar, entre outras coisas. O mesmo médico tradicional disse que nunca presenciou nenhum caso de tráfico de pessoas com albinismo, mas já ouviu falar de casos de pessoas com albinismo que desapareceram tanto na província de Manica como no distrito de Sussundenga.

Embora a província, nos últimos cinco anos não tenha registado (casos registados e comprovados a partir das instituições de justiça) nenhum caso de tráfico de pessoas com albinismo, não significa que efectivamente não tenham ocorrido casos de pessoas albinas traficadas. A dificuldade de investigação, as extensas e vulneráveis fronteiras de Moçambique, incluindo a de Machipanda, em Manica, faz com o Governo não tenha controlo e noção de casos de tráfico de pessoas com enfoque para os albinos que ocorrem na província.

Uma das activistas de uma organização comunitária de Base em Vanduzi disse que, na comunidade onde ela mora e trabalha, existiram e existem muitos casos de pessoas que desaparecem de forma estranha, principalmente pessoas com albinismo. A constatação da informante realça o facto de, se nos basearmos a partir de dados oficiais de casos de tráfico, provavelmente estaremos a subnotificar a realidade e a perder a dimensão deste fenómeno. Pelas informações da sociedade civil, incluindo do Governo, percebe-se que, os casos de tráfico somente são tipificados como tal, quando são legalmente comprovados com um processo-crime e, por vezes, com os autores identificados e punidos. Caso contrário, não passa de uma mera especulação e "boato". Uma informante da Direcção Provincial de Saúde referiu que os familiares de pessoas com albinismo têm mostrado uma preocupação acrescida com a protecção dos seus parentes por temerem casos de rapto dos mesmos.

Um jovem de 25 anos com albinismo foi assassinado em 2016, enquanto decorria o festival de Zalala. Na altura, vivia com os seus dois filhos bebés. Na família existem outros dois irmãos também com albinismo (uma mulher e um homem). O irmão da vítima contou-nos que a família sentiu durante dias a sua ausência e iniciou a procurar saber do seu paradeiro. Consultou dois curandeiros para saber da localização do irmão. "Partes do corpo espalhadas, um pé da raça do meu irmão numa plantação, 100 metros à volta foi encontrado o corpo sem membros. Até os olhos retiraram, esfolaram a pele e retiraram os órgãos genitais". Suspeita-se do envolvimento de um familiar, pois, durante dias antes do desaparecimento, circulou um carro com dois homens em casa da irmã que vendia bebida de fabrico caseiro. Em 2018, um professor de uma escola secundária em Mugeba-Mocuba, dizia que queria casar com uma sua estudante de 18 anos de idade com albinismo. A jovem

foi morta e partes do corpo (braços e pernas) em ossadas foram encontradas no distrito de Mocuba, quatro meses depois, para serem vendidas em Nampula. Os cúmplices foram identificados e o processo está na Procuradoria Provincial. O professor desapareceu e abandonou a educação. Um outro caso partilhado por um funcionário do SERNIC, é de um jovem de 11 anos de idade com albinismo, que conseguiu escapar, e os malfeitores mandatados por um líder foram descobertos. Foram encarceradas duas pessoas (funcionário do SERNIC, Zambézia, Janeiro 2021).

Na província de Sofala, também dentro de uma escola, neste caso, escola primária, uma criança com albinismo do sexo feminino foi alvo de perseguição. O caso, de 2019/2020, está no SERNIC. Segundo um informante do SERNIC, houve também um caso de uma pessoa com albinismo que foi encontrada morta três dias depois de ser dada como desaparecida. O corpo foi encontrado sem vida numa das matas da localidade de Monte Xiluvo, no distrito de Nhamatanda. Segundo um informante da Direcção Provincial da Saúde em Sofala, quando existem casos de pessoas vítimas de tráfico de órgãos, a maior parte destes casos envolvem pessoas com albinismo.

Venda de pessoas



Notícias no Jornal da Noite da STV

No ano passado (2020), no Dondo, um casal de curandeiros foi detido por tentativa de venda de uma pessoa. Segundo um informante que teve contacto directo com este caso, o homem aliciou a mulher a convidar a sua irmã, uma idosa que vivia na Gorongosa, para ir passear no Dondo. Contudo, o verdadeiro objectivo do convite era vender esta familiar. Houve uma denúncia à polícia e os agentes simularam ser compradores, conseguindo assim deter este casal em flagrante. O caso foi encaminhado para as instâncias provinciais e o nosso informante não teve conhecimento do desfecho. Questionado sobre o possível fim a que se destinava esta vítima, ele indicou que "geralmente, os que vendem outras pessoas, não sabem o que o comprador vai fazer com estas pessoas". A percepção geral é que os executores são

contratados por pessoas que têm muito dinheiro. "Nunca foi capturado nenhum mandante, fica na incógnita, e a culpa recai sobre os curandeiros", disse um líder comunitário.

"A maior parte dos casos de tráfico aqui em Tete começam quando o indiciado recebe uma chamada de alguém que diz que precisa de comprar uma pessoa", declarou um informante funcionário do Ministério do Interior. O mesmo fornece um exemplo de um caso que aconteceu num bairro da cidade de Tete em que os recrutadores prometeram emprego de cobrador de chapa a um jovem. Contudo, algumas pessoas na proximidade ouviram os recrutadores a falar ao telefone sobre grandes valores monetários - milhões de meticais. Considerando o comportamento suspeito, comunicaram às autoridades. A polícia conseguiu acompanhar o desenvolvimento do caso até ao ponto de encontro para a entrega da vítima, mas o comprador apercebeu-se da presença das autoridades e conseguiu fugir. No telemóvel do recrutador estavam as provas do negócio. Negociaram a venda do jovem por um preço de 4 milhões de meticais. "A vítima nem estava a entender o que estava a acontecer", expôs o nosso informante.

Outro caso relatado, ocorrido também na cidade de Tete, foi o de um pai que queria vender a própria filha. O homem, aproveitando-se da ausência da mãe da criança, andava à procura de clientes. Um empresário local, apercebendo-se da situação, contactou as autoridades. Foi instruído a fazer-se passar por comprador. O pai insistia em vender a criança morta pelo valor de 600 000,00 meticais. O empresário teve que aumentar o valor para conseguir convencer o homem a vender a criança viva. O caso foi remetido ao Tribunal, mas o nosso informante não tinha informação do desfecho. Já na província da Zambézia, relatou uma funcionária da PRM que, em Outubro de 2020, um pai foi detido, acusado de tentativa de venda da própria filha albina de quinze anos de idade (Comando Provincial, Zambézia, Janeiro 2021).

"Em 2018, tivemos uma situação de tentativa de venda de um menor. Partiram do distrito de Mutarara para venderem aqui em Moatize" (líder de uma organização da sociedade civil, província de Tete, Janeiro 2021). Tratava-se de um menino de dois anos com albinismo. Os próprios pais da criança é que tentavam vendê-la mas, afortunadamente, foram interpelados pela polícia. O pai está a cumprir uma pena de oito anos e a mãe foi ilibada por falta de provas. Na sentença havia orientação para que a acção social acompanhasse esta mãe e esta criança. Conta-nos o informante que, como associação insurgiram-se contra isso e pediram para ficar com a guarda da criança, mas a mesma foi entregue à

mãe que acabou abandonando o menino. A avó entregou a criança à associação e o Tribunal autorizou que um dos membros a adoptasse. A mesma tem agora seis anos.

Em troca de dinheiro, uma rapariga de 15 anos de idade estava para ser transacionada para o Malawi, prometida como esposa de um homem desconhecido. "Um pai que via sua filha albina como negociável e que dá muito dinheiro" (funcionária do Comando Provincial-PRM, Zambézia, Janeiro 2021). Pais, tios e outros familiares estão envolvidos, orquestram em cumplicidade com os clientes.

Uma funcionária da PRM informou-nos de um caso de venda neutralizado pela polícia. "Um tio que queria vender uma criança num valor inferior a 10 000,00 meticais. O suposto comprador foi denunciar à polícia. A polícia monta um esquema para neutralizar este tipo de casos" (funcionária da PRM, Zambézia, Janeiro, 2021).

Segundo uma informante do SERNIC, houve um caso, na cidade de Chimoio, de roubo de um bebé por uma mulher. A mesma roubou o bebé na cidade de Chimoio e transportou-o para o distrito de Manica a fim de retirar o bebé para fora do país. Um menor de treze anos, também iria ser vendido mas, graças à intervenção da madrastra, foi possível interpelar a venda do rapaz. Segundo a nossa informante, todos os casos eram levados para o distrito de Manica, quando agentes do SERNIC interpelaram o processo.

Pontos de Análise

A pobreza – uma realidade multifacetada

“Será a pobreza que nos coloca em risco? Está a diminuir o sentido de familiaridade?” São algumas das inquietações de um líder comunitário (Zambézia, Janeiro 2021), perturbado e ansioso para entender o fenómeno. O mesmo explicou que as condições de vida, sua e de outros líderes comunitários que recebem um subsídio do Estado, são extremamente precárias. “Vivemos graças à machamba, para consumo e venda. O nosso subsídio é mínimo! Para comprar uma bicicleta, preciso economizar durante dois anos 250,00 meticais. O subsídio de um líder é de 250,00 meticais por mês” contestou um líder comunitário, (Zambézia, Janeiro 2021). É perante a condição de vulnerabilidade que “facilmente os pais se comovem e, no caso de albinismo, vendem os filhos”, aliciados por promessas de apoio nos estudos dos filhos e melhoria da casa (funcionária do Comando Provincial-PRM, Zambézia, Janeiro 2021).

A experiência da jovem rapariga que foi parar na África do Sul, actualmente em processo de regressar, constituiu um exemplo de vítima de pobreza. “A pobreza foi o factor preponderante, a família pensava que ela ia apoiar indo trabalhar” (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021). A pobreza vai empurrando os mais marginalizados e vulneráveis para as redes do tráfico. Grande parte da população em Moçambique vive em condições de extrema precariedade, facto que promove estratégias dramáticas de sobrevivência e a exposição a uma variedade de riscos (Moreira e Mariano 2018).

“O combate ao tráfico humano é um desafio, que deve ser levado por todas as entidades. A dinâmica actual impõe que se olhe para as vítimas e para as suas famílias. Pobreza não é a justiça que resolve”, concluiu o nosso interlocutor (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021). Vemos que os que aparecem como executores são pessoas facilmente aliciadas com poucos valores e, muitas vezes, são conhecidos ou membros da família das vítimas.

Logo à partida, temos a baixa escolaridade, associada ao desemprego, que faz com que os/as jovens sejam facilmente manipulados/as com promessas de melhores condições de vida. “Temos que trabalhar na educação. Há necessidade de se investir na educação e de inculcar valores mais elevados”, disse um dos informantes ligado ao sector da justiça.

A extrema violência exercida durante a última guerra incluiu sequestros, recrutamento forçado e mutilações de narizes, orelhas, lábios e peitos (Braga 2012). Perguntamo-nos até que ponto a actual extracção violenta de órgãos humanos, por um lado, ecoa práticas associadas à busca de riqueza por meios mágicos, e, por outro, pode ter sido reforçada e até banalizada durante a chamada "guerra dos 16 anos". Em qualquer dos casos, sobressai a fragilidade e precariedade da vida humana perante a extrema violência (Mariano et al, 2016).

A violência baseada no género é muito frequente no contexto do estudo. Os nossos interlocutores sustentam que, pelo facto de nem sempre se conhecer quem é o perpetrador, dificilmente se conseguem gerir os casos. No caso de violência sexual de menores, quando se reconhece o agressor, o líder comunitário interage com a família e reporta à polícia. O mesmo informou que, na sua localidade, acontecem muitos casos de violação sexual de menores. Por exemplo, no ano passado (2020), um homem de sessenta e tal anos de idade violou uma criança e agora está preso (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021). "Violadores de menores de 9, 10, 11 anos de idade ocorrem com frequência; por mês temos em média 4 casos" (funcionário do SERNIC, Zambézia, Janeiro 2021).

Um acumular, sobreposição e recrudescimento de eventos violentos acomodam-se nas várias comunidades dos distritos. "Temos problemas de VIH/SIDA, de COVID-19, e também temos problemas da nossa vida. Agora temos problemas em Cabo Delgado. A nossa independência e a nossa paz ainda não existem", concluiu um líder comunitário (Zambézia, Janeiro 2021). "Muitos deslocados provenientes da província de Cabo Delgado, encontram refúgio nos distritos de Nicoadala, Namacurra e Mocuba, onde existem centros de acomodação. Alguns dos deslocados da instabilidade no Norte do país, são acolhidos pelos familiares" (funcionária da PRM, Zambézia, Janeiro 2021).

Um dos fenómenos menos falado no âmbito do tráfico de pessoas é o tráfico interno de menores para exploração laboral e/ou sexual. Se, por um lado, na tentativa de escapar à pobreza, abuso e violência a que são submetidos nos seus locais de origem, as crianças e jovens procuram uma saída na migração (Mariano et al, 2016), por outro, as famílias das zonas mais recônditas entregam as crianças a parentes ou até desconhecidos, que as levam para as cidades, sem conhecimento das condições em que serão acolhidas.

Trabalho infantil

A Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social é o órgão que acolhe a maior parte de crianças vulneráveis e/ou vítimas de trabalho infantil. Esta Direcção, para além de não possuir recursos materiais necessários para um acolhimento condigno de pessoas vulneráveis e vítimas de trabalho infantil, tem insuficiência de recursos humanos.

As vítimas de trabalho infantil e outras vítimas de violação dos direitos humanos são, provisoriamente, colocados num centro transitório privado, porque o Governo não tem um centro para estes casos. Depois de um tempo, as vítimas são devolvidas para o convívio familiar e, nos casos mais graves, algumas vítimas fogem e desaparecem destes centros. Alguns que regressam para o meio familiar, não têm acompanhamento das instituições de tutela para garantir que os casos de abusos e maus tratos (violação dos direitos humanos) não aconteçam novamente.

Estas crianças vivem num determinado bairro e as suas rotinas são conhecidas pelos vizinhos, assim como pelas lideranças do bairro. Sabendo que a criança é usada para trabalhos, quer seja em sua casa ou fora (vendendo produtos), as lideranças nada fazem, porque interpretam o trabalho infantil como uma forma de sustento da família. Perante esta constatação, de acordo com os gestores da Direcção Provincial de Saúde de Manica, "é preciso dotar as pessoas de conhecimento abrangente e profundo sobre a tipologia de trabalho infantil", de modo a que possam denunciar casos de trabalho infantil. Os nossos informantes referiram ainda a dificuldade de produção de provas, pela falta de colaboração das vítimas temendo represálias. "A maior parte dos profissionais de saúde não sabem identificar quando estamos perante uma situação de trabalho infantil", referiu o nosso informante.

O trabalho infantil, no contexto da vulnerabilidade e pobreza que caracteriza o país, é entendido tanto pelas autoridades do Governo, assim como pela sociedade civil e a população em geral, como um problema simplista, como uma das actividades com vista a aumentar a renda familiar. O impacto no desenvolvimento da criança, a médio ou a longo prazo, é subestimado. A criança muito cedo assume responsabilidades que não são apropriadas para a sua idade, perde a possibilidade de viver a sua infância e a sociedade considera-a como adulta (assistente social, Manica, Janeiro 2021).

Gestão dos casos

Nas comunidades, é reconhecido que o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano existe, apesar de haver alguma resistência na denúncia dos casos por medo de retaliações. Há casos onde se identificaram as pessoas envolvidas, mas o que está a faltar é uma investigação justa e conclusiva, “fechar o cerco da criminalidade, saber o destino dos corpos, partes do corpo e quem são os mandantes” (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021).

Em algumas localidades reportaram sobre a existência de grupos de profissionais de saúde muito activos, que têm feito palestras de sensibilização, semanalmente, em diferentes povoados, sobre vários temas, incluindo a violência e o tráfico. Por outro lado, a PRM, em parceria com Organizações Não-Governamentais (ONG), tem feito sensibilização na comunidade sobre questões relativas ao tráfico humano, violação de menores, saúde sexual e reprodutiva, uniões prematuras e violência baseada no género, conforme relatou uma funcionária da PRM (Zambézia, Janeiro 2021). Portanto, a gestão e prevenção dos casos é realizada a partir de uma abordagem multidisciplinar e multissetorial.

A sociedade civil tem desempenhado um papel muito activo na resposta aos problemas que a comunidade enfrenta. Por exemplo, a Associação Zé Manuel Pinto (AZEMAPI), ao nível da província de Tete, é uma referência na área dos direitos humanos da pessoa com albinismo. Como também dentro da sociedade civil, organizações religiosas como a CEMIRDE têm marcado a sua presença na comunidade, com actividades formativas de sensibilização em colaboração com as várias instituições do Estado.

Apesar de existirem actividades de prevenção do tráfico em algumas localidades, ainda persistem vários constrangimentos e preocupações relacionadas com a ineficiência das autoridades e a fraca intervenção da polícia. “Quando se vai à polícia, o criminoso não fica muito tempo na prisão. Às vezes, mesmo antes do régulo chegar a casa, o criminoso já saiu” (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021). “Quando a família procura apoio e serviços da justiça não encontra solução”, reclamou um líder religioso (Zambézia, Janeiro 2021). Durante uma discussão em grupo com jovens de uma escola secundária, um dos jovens expressou a sua preocupação em relação à prática de corrupção ao nível da fronteira.



Mural promovido pela AZEMAPI em Angónia

Na Direcção Provincial de Saúde (DPS) de Sofala existem 4 médicos legistas, os quais são solicitados para responder em casos de lesões corporais que podem advir de uma tentativa de tráfico de pessoas e de órgãos, partes do corpo humano ou não. Estes profissionais de saúde em articulação com a PRM ou o SERNIC intervêm para perícias médicas e reposição da saúde e do bem-estar da pessoa. Os psicólogos desempenham um papel fundamental na inserção e apoio das vítimas e familiares.

Ao nível da província (Sofala), não se fazem cirurgias de reconstituição dos órgãos; à maior parte das vítimas de extracção de órgãos são oferecidos cuidados de saúde paliativos, como pensos para sarar as feridas, operação ou pequena cirurgia para estancar os ferimentos ou o sangue. "No país em geral, ainda não temos banco de órgãos e não fazemos transplante para a reposição em casos de necessidades. Quando temos casos

graves, difíceis de resolver ao nível da província, estes são encaminhados para a capital do país (Maputo)” (DPS, Sofala, Fevereiro 2021).

De referir que a actual situação da pandemia de COVID-19 veio alterar o funcionamento e o percurso da gestão do problema. Faziam-se palestras na comunidade, envolvendo os líderes comunitários, e fazia-se também visita de casa em casa, para troca de contactos e acompanhamento de ocorrências e suspeitas de casos.

Limitações do sistema judicial

A juíza Presidente do Tribunal Judicial de Sofala referiu que “a Justiça é a última a receber os processos para o despacho. Os processos passam primeiro pela PRM onde se redige o auto (nota), depois passam pelo Ministério Público, onde é feita a acusação com todas as evidências possíveis, colhidas pela PRM e pelo SERNIC. Depois, o processo é remetido ao Tribunal Judicial e cabe ao juiz de instrução aceitar ou não o processo”. Todo este processo faz com que os tribunais recebam a documentação com um certo atraso.

Os casos que chegam ao Tribunal devem ser a partir do Ministério Público e o juiz julgará com base nas evidências e provas que constarão no processo. O sistema jurídico funciona com provas/evidências (testemunhas, fotos, vídeos, provas materiais, etc.). Cabe ao Ministério Público a responsabilidade de ir atrás de casos de suspeitas de crimes reportados nos media e noutras fontes. De 2016 a 2020, o Tribunal de Sofala recebeu 8 casos relacionados com o tráfico de pessoas. Um dos casos, em 2017, resultou na condenação do réu a 36 anos de prisão maior. Este foi um caso relacionado com tráfico de pessoa com albinismo no distrito de Muanza.

A juíza ressaltou que a prisão preventiva não devia ultrapassar os 90 dias. Referiu igualmente que, em Moçambique, a moldura penal varia de 20 a 24 anos de prisão e, a pena máxima em Moçambique é de 40 anos, contando com agravantes. O dilema dos processos que chegam a Tribunal está na sua instrução preparatória feita pelo SERNIC, PRM, MP/PGR. Esta instrução, quando apresenta lacunas nos seus procedimentos, dificulta a tomada de uma decisão mais justa possível e, em casos graves, contribui para inocentar os criminosos por falta de provas que justifiquem a acusação. Para tal, é preciso que os vários sectores da justiça, do Ministério do

Interior e da Saúde sejam dotados de recursos materiais e humanos para a execução dos seus trabalhos. A demora na perícia está relacionada com estas dificuldades. A falta de médicos legistas e psicólogos ao nível dos distritos constitui uma grande barreira para a resolução justa dos casos.

De forma geral, observámos, a partir das entrevistas com os informantes das várias instituições, que não existe uma base de dados actualizada e sistematizada sobre o número de casos de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano.

Por outro lado, a falta de confiança na acção da polícia provoca justiça pelas próprias mãos, disse um activista por nós entrevistado. O mesmo referiu que há casos em que existem provas, mas a polícia não actua. "O Estado não dá tranquilidade. Não garante a segurança dos cidadãos e as pessoas não denunciam por medo de retaliações". "Queimam porque se apanha um ladrão; leva-se à esquadra para fazer justiça, mas é libertado", expôs uma líder comunitária referindo-se ao aumento dos casos de linchamento na sua comunidade.

Comunicação e colaboração entre as instituições

Ao nível da Procuradoria Geral da República (PGR) foi criado o Grupo de Referência, que também actua a nível provincial e distrital para protecção da criança e combate à prática. O Grupo de Referência é multissetorial, integra os sectores de outros ministérios: Interior (Polícia, SERNIC, Migração), da Saúde, do Género e Acção Social, entidades religiosas e da sociedade civil, e é coordenado pela PGR.

Existe uma forte colaboração entre as instituições, líderes comunitários e população em termos de comunicação: "nós, como líderes comunitários, trabalhamos com polícias do município, trabalhamos com polícias da PRM, trabalhamos com o SERNIC, trabalhamos com o chefe da localidade, mesmo com o administrador. Qualquer coisa que acontece na área municipal, toda essa estrutura tem conhecimento, não há nada que aconteça no bairro sem a gente telefonar", afirmou um informante (líder comunitário, Zambézia, Janeiro de 2021).

De acordo com um informante, "há uma notável coordenação entre os sectores do Governo, as ONGs na base e comunidade que ajudam. Foi criada e aprovada uma

ficha de monitoria de casos. Há um registo para o reporte dos casos com indicação para encaminhamento no gabinete de atendimento às vítimas" (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

No entanto, existem vários constrangimentos estruturais para a gestão dos casos. Há situações em que na comunidade existe um Centro de Saúde, mas não tem um Posto Policial que garante a complementaridade dos serviços. A falta de cobertura dos serviços essenciais está relacionada com a extensão do território. As barreiras geográficas constituem um desafio, para ter acesso a um serviço de saúde ou posto policial é necessário percorrer 80 km e sem meios de transporte. "Diz-se que a polícia não faz nada, mas o problema são os escassos meios para funcionar" (funcionária da PRM, Zambézia, Janeiro 2021).

Por vezes, os funcionários reclamam que parte da sua contribuição numa actividade multissetorial não é reconhecida e a comunicação sobre a conclusão da gestão do caso não é partilhada. "Basta o assunto entrar nas mãos da Ministério Público, do SERNIC e do Tribunal, não temos mais informação sobre o desfecho" (funcionário da PRM, Zambézia, Janeiro 2021). Por vezes, entre alguns sectores há a percepção de que não existe uma clareza das responsabilidades de cada órgão e, desta forma, vemos dificultado o desfecho dos casos.

Em termos transnacionais, constatamos posições divergentes quanto à colaboração com as instituições dos países vizinhos. Alguns informantes referiram a falta de colaboração com os colegas, tanto do Malawi, como da África do Sul.

Os curandeiros como "bodes expiatórios"

Os médicos tradicionais (curandeiros) são sistematicamente apontados como os maiores incitadores da extracção de partes do corpo humano usado em tratamentos que proporcionam riqueza, saúde e bem-estar. Frequentemente os médicos tradicionais estrangeiros são identificados como os promotores de práticas "obscurantistas" e uso de órgãos humanos. À semelhança do que observámos no estudo realizado no sul de Moçambique, percebe-se o sentido de alteridade e uma demarcação entre nós e os outros, em que a prática desse tipo de actividades é atribuída aos estrangeiros. Com frequência, as pessoas associam o uso de órgãos humanos à feitiçaria e os médicos tradicionais distanciam-se dessas insinuações e acusações de feitiçaria, argumentando que os seus poderes de cura derivam das forças dos espíritos.

Crenças e mitos

"Os ossos que funcionam como um íman que atrai dizem ser os das pessoas com albinismo" (agente do SERNIC, província de Tete, Janeiro 2021). Acredita-se que o "mercado preferencial" para os ossos das pessoas com albinismo é o Malawi e está relacionado com o obscurantismo e a feitiçaria (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Zambézia, Janeiro 2021).

Existe a crença de que algumas partes do corpo humano servem para preparar "remédio para enriquecer" (PRM, Zambézia, Janeiro 2021). A título de exemplo, existe o mito que estes remédios servem para chamar clientes nas moageiras. Dentro do domínio da economia periurbana e urbana das áreas mais pobres de Chimoio, o dono de um estabelecimento comercial de moinhos de milho é frequentemente visto como feiticeiro. Crê-se que os proprietários utilizam medicamentos à base de sangue e corpo humano para o funcionamento e produtividade das suas moageiras (Bertelsen, 2014). Outros dizem que no mar existe um peixe com propriedades valiosas e que se apanha utilizando cabeças, ou órgãos genitais masculinos. Os nossos informantes contam que houve um tempo em que até a água usada para lavar os mortos era reutilizada para fins mágicos. Acredita-se que esta água tem o efeito de adormecer as pessoas e facilitar os roubos.

Segundo alguns informantes, o órgão genital masculino é um dos preferidos devido à crença em volta dele. As pessoas acreditam que o órgão masculino, mais ainda se for de uma pessoa jovem ou de uma criança, tem maior potencial de garantir riqueza e bem-estar social, assim como proteger o negócio e aumentar a virilidade. As pessoas acreditam que, por ser um aparelho reprodutor, responsável por "criar vidas", o mesmo pode garantir a continuidade do negócio, a multiplicação da riqueza e pode igualmente ser usado na pesca. Segundo um médico tradicional por nós entrevistado, quanto mais a capacidade de reprodução do órgão masculino, maior é a possibilidade de garantir riqueza.

"Dizem que o bebé ainda tem muito para dar. Se se trata com o órgão daquele bebé, tem mais anos de fortuna. A pessoa adulta já não tem muito para dar. À medida que a pessoa cresce, a fortuna também vai aumentando" (líder de organização da sociedade civil, província de Sofala, Fevereiro 2021). "Quando é criança, tens mais anos dotado de bolsos cheios. Já com um adulto a durabilidade é de um ou dois anos" (activista social, província de Tete, Janeiro 2021). Estabelece-se uma relação simbólica/analógica entre o crescimento da criança e o crescimento da riqueza, ou seja, o tempo em que o tratamento pode durar.

Crê-se que os médicos tradicionais especialistas nesta matéria são do Malawi e alguns também da Zâmbia. Segundo um informante da sociedade civil, deve haver mais intervenção nas zonas fronteiriças, por ser onde se registam mais casos. Particularmente na província de Manica, muitos médicos tradicionais são provenientes do Zimbabué e do Malawi. Suspeita-se que os mesmos nem sempre praticam a medicina tradicional com fins curativos, mas usam o disfarce de médicos tradicionais para praticar outro tipo de actividades, algumas ligadas ao tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano. Por vezes, entram ilegalmente e ficam por um período não superior a um ano. Segundo um informante membro da AMETRAMO, estes médicos tradicionais estrangeiros têm atraído muita clientela e o período da sua estadia coincide igualmente com a proliferação de casos de pessoas desaparecidas.

Numa situação em que as pessoas estão bem na vida, por vezes, há a interpretação de que foi necessário sacrificar alguém na família para conseguir aquela riqueza. Esse familiar, que pode ser um sobrinho ou o próprio filho, são sacrificados com a sua vida ou com a sua saúde mental. Quando se "utiliza" alguém de fora do meio familiar, já se usam partes do corpo humano. "Se a condição é para extrair algum órgão, não importa se é da família. Quando é alguém da família mata-se ou põe-se a pessoa maluca" (líder religioso, província de Tete, Janeiro 2021). A prática do sacrifício humano não é um fenómeno novo, nem específico do contexto moçambicano e africano. O sacrifício humano é documentado como uma parte importante dos rituais em várias partes do mundo (Mariano et al., 2016).

A feitiçaria não diz respeito apenas aos grupos populacionais rurais e marginalizados, mas envolve as camadas da elite (Geschiere, 1997), tal como os relatos históricos descrevem a aquisição do poder e autoridade entre as dinastias por meio de sacrifício de seres humanos e partes do corpo dos mesmos.

Existe um fenómeno, principalmente na região Norte da província (Tete) que, segundo um dos nossos informantes, um líder religioso, pode se tratar de tráfico para fins de exploração. Ele conta um dos casos que acompanhou na zona de Angónia. Uma criança de cinco anos que foi dada como morta e voltou a aparecer quando tinha doze anos. Certa noite, a criança começou a gritar "tio, me larga... Mamã, esse tio quer me levar" enquanto dormia. No dia seguinte, de manhã, a criança foi dada como morta. No enterro da criança participou toda a família, assim como membros da comunidade. Depois de sete anos aquela criança surge à procura da mãe. A mãe reconheceu o filho, que contou que esteve a trabalhar em casa de um homem, e

que tinha tentado fugir várias vezes sem sucesso. A criança voltou traumatizada, com alguns sinais de problemas psicológicos. Como este há vários outros casos de "mortos vivos". Outros dizem que estiveram a trabalhar no Malawi. O nosso informante julga que se trata de algum meio obscuro de retirar as pessoas do seu lugar para serem exploradas noutra local. Quando essas pessoas morrem ou perdem a força, esses "escravos" voltam a casa. A interpretação que se tem feito destes casos é que se trata de tráfico e de alguma forma conseguem simular a morte da vítima.

Alguns dos nossos participantes referiram que as pessoas envolvidas nestes crimes são movidas por ganância e são financeiramente bem estabelecidas. São pessoas que já têm condições financeiras estáveis que acabam recorrendo a esse tipo de actividade para aumentar a sua economia. "Esses indivíduos fazem isso por ganância. Aquilo que eles têm não lhes chega, querem ter mais e acabam tirando um bem maior que é a vida de alguém ou órgão do concidadão" (agente da SERNIC, Zambézia, Janeiro 2021).

O valor da vida

"É um negócio. Parece que vai vender tomate" (líder comunitária, província de Tete, Janeiro 2021). "Em troca dos órgãos genitais iam receber uma motorizada cada um" (agente do SERNIC, província de Tete, Janeiro 2021). "A motivação é comercial. Diz-se que os carecas têm um recurso mineral na cabeça. Sequestram para tirar isso. Para o albino, recorrem mais aos ossos" (professor, província de Tete, Janeiro 2021). Estas são algumas das falas dos nossos interlocutores que atestam como as vidas humanas são transformadas em objectos de consumo e as pessoas reduzidas à condição de mercadoria, objecto de lucro.

"Este negócio envolve muito dinheiro... Foram sacos e sacos de dinheiro encontrados numa casa" (Activista social, província de Tete, Janeiro 2021). Este informante referia-se a um caso que ele tinha acompanhado de um sujeito que, após ser encontrado em casa com partes do corpo de uma criança numa geleira, conseguiu corromper os polícias e a própria mãe da vítima. À mãe pagou 1 milhão de meticais e aos polícias 500 mil. "Esta mãe acabou ficando tonta", mencionou o informante. Outro informante, activista da saúde na província de Sofala, exprimiu que "há pais - marido e mulher - que combinam para vender um dos filhos, mas depois a mãe, que tem sensibilidade maternal, acaba por denunciar.

“Acabar com a vida de alguém porque vou trocar por dinheiro. O dinheiro é que nos mata, e nos vai matar muito”, disseram dois líderes comunitários (Zambézia, Janeiro 2021). “Este fenómeno tem a ver com a cabeça de cada pessoa. Uma ideia atrasada de uma pessoa que não consegue analisar a vida. Você que está apertada por um espírito mau. Pessoa que entra num caminho ambicioso” explicou um líder comunitário. Desde 2018, as pessoas têm medo de ir às suas machambas. “Quando vamos à machamba há um caminho que as mulheres e homens usam, frequentado por malfeitores que esperam para matar e retirar os órgãos. Está previsto um encontro com as autoridades administrativas para discutir este assunto” (líder comunitário, Zambézia, Janeiro 2021).

Os criminosos aproveitam-se das condições precárias da vida humana para obter grandes lucros individuais, desconsiderando o sentido e o valor da pessoa. A dignidade da pessoa humana é inalienável e indisponível, e não depende de características pessoais, étnicas, religiosas, raciais ou de qualquer natureza. A dignidade impõe a não instrumentalização da pessoa humana, sendo cada indivíduo sempre concebido como um sujeito, e nunca como um objecto. Portanto, a dignidade da pessoa humana não permite a transformação do corpo em mercadoria (Sarmiento, 2016). Por sua vez, o Estado como aquele que garante os direitos dos cidadãos, tem como tarefa proporcionar aos mesmos a possibilidade de preservarem a sua dignidade e que esta não seja violada (Sarlet, 2009).

Conclusões e Recomendações

Este estudo permitiu perceber que continuam a existir lacunas significativas no conhecimento sobre o fenómeno de tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano, as suas várias configurações, a sua gestão e, inclusivamente, sobre o seu impacto psicológico e social. Constitui objecto de atenção desenvolver pesquisas que aprofundem a finalidade do tráfico, quem são os actores envolvidos na perpetuação do fenómeno e o papel do Estado. Constatamos fragilidades no registo estatístico e sistematização da informação. A investigação qualitativa, os estudos de campo e o reforço dos sistemas estatísticos nacionais sobre criminalidade e justiça penal (UNODC, 2018), proporcionaria obter uma noção da magnitude do problema e a definir prioridades para a intervenção.

Alguns dos aspectos mais destacados nas conversas com as diferentes pessoas nas comunidades e diferentes instituições incluem a protecção das crianças e pessoas vulneráveis (pessoas com albinismo, migrantes, refugiados). No que diz respeito ao acesso e à disponibilidade dos serviços, embora o país já possua uma legislação abrangente sobre o tráfico de pessoas e partes do corpo humano, o número de condenações é ainda muito reduzido, por vários motivos, incluindo a dificuldade na recolha de evidências ou provas. Os mandantes nunca são revelados e a impunidade incentiva a prática do tráfico (UNODC, 2018). A ausência de justiça cria o descrédito sobre o papel do Estado e, conseqüentemente, prevalece um sentimento de insegurança. No entanto, é importante reconhecer que os problemas estruturais, como a falta de recursos humanos e materiais, constituem limitações para o acompanhamento dos casos. Por outro lado, o trauma psicológico do fenómeno entre as pessoas afectadas directa ou indirectamente é negligenciado como um problema de saúde mental e de saúde pública.

O contexto de pandemia de COVID-19 desestruturou as práticas e actividades de prevenção do fenómeno. Neste sentido, muitas actividades de sensibilização nas comunidades e nas escolas pararam, as reuniões do Grupo de Referência deixaram de acontecer e existe a preocupação de encontrar alternativas para minimizar riscos relacionados com esta situação dramática. Para além da pandemia, a situação de guerra no Norte do país, que tem causado deslocamentos populacionais forçados e de forma descontrolada, aumenta a vulnerabilidade ao tráfico de diferentes ma-

neiras. Tem sido amplamente reportado que populações deslocadas à força têm sido alvo de traficantes (UNODC, 2018).

Como resultado das observações e das várias constatações deste estudo apresentaram-se a seguir algumas recomendações gerais e específicas.

Recomendações

Gerais

- Restaurar a confiança nas instituições de Justiça constitui uma prioridade que será alcançada mediante acções conjuntas com outras instituições e ao longo do tempo;
- Sensibilizar e consciencializar as pessoas sobre a necessidade de denúncia e a importância de romper o silêncio;
- Melhorar a coordenação entre as instituições de tutela (Polícia, Saúde, Justiça e Acção Social) e a articulação destas com a população;
- Fortalecer as relações entre as organizações da sociedade civil para a partilha de informações e criar sinergias para uma eficaz gestão dos problemas relacionados com o tráfico.

Específicas

- Angariar fundos para o acompanhamento das vítimas no que diz respeito aos processos judiciais, às despesas médicas, incluindo a saúde mental, e apoio psicossocial.
- Procurar o apoio do Governo para a assistência às vítimas a todos os níveis, financeira, psicossocial e médica. Nos casos em que são extraídos os órgãos genitais, há toda uma necessidade de garantir cuidados médicos especializados, que nem sempre estão disponíveis nas províncias.
- Garantir o acesso a apoio psicológico aos profissionais que lidam muito de perto com o fenómeno, estando estes expostos a um elevado nível de stress decorrente deste contexto de extrema violência, e que pode ter efeitos graves na sua saúde mental;
- Apoiar as vítimas no processo de reintegração social para evitar a revitimização;

- Realizar mais palestras de sensibilização para a prevenção do tráfico, envolvendo profissionais da Saúde, da Polícia, líderes religiosos, e incluindo as várias perspectivas de gestão dos casos (fluxograma);
- Elaborar manuais para a gestão dos casos a serem usados pelas entidades que fazem parte do Grupo de Referência, assim como para o sector da educação a ser usado como matéria transversal no currículo, e pelos líderes nas comunidades para a identificação de casos de abuso e exploração;
- Alguns dos conteúdos a serem incluídos nos manuais são a desmistificação de preconceitos sobre o uso dos órgãos e partes do corpo humano, as consequências e impacto que o tráfico tem na saúde e no bem-estar individual, das famílias e na comunidade; e deve ainda abordar os vários mecanismos de denúncia e sua acessibilidade por parte da população.
- Capacitar de forma contínua os funcionários das várias instituições (agentes do SERNIC, da PRM, da Migração nas fronteiras e da Acção Social) assim como das lideranças comunitárias sobre o fenómeno de tráfico (conceitos, contornos, sistema de encaminhamento, apoio às vítimas, questões ligadas à ética e à deontologia);
- Capacitar as Forças de Defesa e Segurança em relação ao crime transfronteiriço e à sinalização das possíveis vítimas de tráfico, assim como da Polícia de trânsito ao longo da via pública;
- Divulgar publicamente exemplos de boas práticas, como o caso “Diana” que chamou a atenção do público pelo desfecho do caso, evidenciando o funcionamento e eficácia da Justiça, para desmotivar a prática do tráfico;
- Utilizar as várias plataformas digitais e media disponíveis para a prevenção, sejam estas aplicativos, redes sociais, grupos WhatsApp, espaço de antena nas rádios (com enfoque para as rádios comunitárias) ou outros, sempre utilizando uma linguagem acessível à população alvo;
- Reforçar a colaboração com a AMETRAMO para fazer estudos aprofundados sobre o uso de órgãos e partes do corpo humano para compreender melhor o fenómeno.

Referências

Banco Mundial. 2016. *Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. Maputo

Bertelsen, B. 2014. "Maize mill sorcery: Cosmologies of substance, production and accumulation engaged in central Mozambique" in *Contemporary Cosmologies: Critical Re-Imaginations in Anthropological Theory and Analysis*, Martin Holbraad and Allen Abramson (red), 199-220. Manchester: Manchester University Press.

Braço, A. 2016. *As "donas" dos crocodilos do rio Zambeze: Relatos de uma amizade socialmente indesejada*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de Agosto de 2016, João Pessoa/PB, Brasil.

Braga, C. 2012. "Death is Destiny: Sovereign Decisions and the Lived Experience of HIV/AIDS and Biomedical Treatment in Central Mozambique. PhD, Dissertação, Estados Unidos de América: SUNY.

Coelho, J. 2003. *Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas*. Revista Lusotopie. Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS). 2011. Instituto Nacional de Estatística. Ministério da Saúde. Measure DHS/ICF Internacional.

Instituto Nacional de Estatística. 2019. *Anuário Estatístico da Província de Tete*.

Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e VIH/SIDA em Moçambique. 2015.

ISRI. 2014. *Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular, de Crianças*. Moçambique.

Fellows, S. 2009. *Tráfico de partes de corpo em Moçambique e na África do Sul*. Liga Moçambicana dos Direitos Humanos.

Francisco, F. 2018. *Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna*. Tese de Doutoramento em Direito e Segurança. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Geschiere, P. 2006. "Witchcraft and the Limits of the Law: Cameroon and South Africa", in J. Comaroff e J. Comaroff, eds., Law and Disorder in the Postcolony. Chicago: University of Chicago Press.

Jossias, E. 2006. "O tráfico do Sul de Moçambique (trabalho de campo em Ressano Garcia, Namaacha e Boane) em Serra, C. (dir). 2006. Tatá papá, tatá mamã (Tráfico de menores em Moçambique). Maputo:Imprensa Universitária.

Labuschagne, G. 2004. Features and Investigative Implications of Muti Murder in South Africa. J. Investig. Psych. Offender Profil. 1:191-206 .

Langa, E. 2019. Environmental and social management framework (ESMF): The water services and institutional support project (WASIS II).

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. 2016. Tráfico de Órgãos e Partes do Corpo Humano. Um Crime Organizado aos Olhos do Estado.

Macalane, G.L e Jafar, S.J. 2021. Ataques Terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia. Pemba: Universidade de Rovuma.

Mariano, E., Braga, C., Moreira, A. 2016. Estudo sobre o tráfico de órgãos e partes do corpo humano na região sul de Moçambique. CEMIRDE/CAFOD.

Mariano, E. & Mataveia, G. 2018. Relatório de estudo exploratório - Promoção da participação efectiva das mulheres e raparigas nos processos de paz, segurança e reabilitação em Moçambique. ONU-Mulheres. UEM.

Meneses, P. 2008. Corpos de violência, linguagens de resistência: As complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80 p.161-194.

Moreira, A. e Mariano, E. 2018. Estudo sobre o Tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano nas Províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado.

Muendane, Amélia. 2020. Implicações Económicas do Contrabando em Moçambique 2006-2016. Tese (Doutorado) Universidade federal do Rio Grande do Sul.

PEPFAR Mozambique Gender Analysis Country Operational Planning 2016, pgs. 8-9.
3 Perfil de Género de Moçambique.2016.

Perfil de Género de Moçambique. 2016. Ministério do Género, Criança e Acção Social.

Sarlet, W. 2009. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 7 ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Sarmiento, D. 2016. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajectórias e metodologia. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum.

Save the Children. 2009. The Internal Trafficking and Exploitation of Women and Children in Mozambique. Save the Children Mozambique.

Sayagues, Muchaga e da Silva. 2011. Vovós feiticeiras: algumas reflexões sobre tristes relatos de idosas moçambicanas. Revista Kairós Gerontologia 14(4):181-196.

Serra, C. (dir). 2006. Tatá papá, tatá mamã (Tráfico de menores em Moçambique). Maputo:Imprensa Universitária

UNESCO. 2006. Tráfico de Pessoas em Moçambique: Causas Principais e Recomendações. Policy Paper No 14.1(P)

UNICEF. 2008. Alternative Care for Children in Southern Africa: Progress, Challenges and Future Directions. Nairobi, Kenya.

UNICEF. 2014. Situação das Crianças em Moçambique. Maputo: UNICEF

UNFPA. 2017. Mundos Distantes. Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade. Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial, 2017. Moçambique.

UNODC. 2018. Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas. (Publicação das Nações Unidas, Nº de venda E.19.IV.2)

